



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PT .....	Ângelo Vanhoni
PDT .....	Luiz Carlos Martins
PPS .....	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB .....	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB .....	Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

**AVULSO****SUMÁRIO****Indicações Legislativas..... 02****AVULSO****Indicações Legislativas****INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 127**

Autoria: Deputado Barbosa Neto

**SÚMULA:** Sugere a instalação de uma extensão da Academia de Polícia Militar do Guatupê em Londrina.

O Deputado Barbosa Neto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A instalação de uma extensão da Academia de Polícia Militar do Guatupê em Londrina.

2 - Uma extensão da academia em Londrina descentralizaria a formação de policiais militares, hoje prerrogativa exclusiva de Curitiba, fazendo com que os membros da Polícia Militar não necessitem se deslocar para a Capital, permanecendo alguns meses longe do convívio de seus familiares para treinamento.

3 - Esta iniciativa poderá também trazer economia para o Estado, uma vez que as despesas com o deslocamento e manutenção dos policiais militares diminuirão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.06.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 128**

Autoria: Deputada Luciana Rafagnin

**SÚMULA:** Sugere a implantação de um Posto de Polícia Florestal no Município de Riko Bonito do Iguaçu.

A Deputada Luciana Rafagnin dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A implantação de um Posto de Polícia Florestal no Município de Rio Bonito do Iguaçu.

2 - O objetivo da preterida implantação é o de dar a devida orientação aos assentados e agricultores daquela região e a necessária proteção ao meio ambiente.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.06.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**JUSTIFICATIVA:**

A presente sugestão se justifica por se concentrar naquele município um dos maiores assentamentos de trabalhadores da agricultura familiar do Brasil. Já estão assentados cerca de 1.500 famílias em duas áreas e a tendência é de se ter um aumento significativo, com as novas desapropriações em andamento.

Também é de se salientar que, como muitas destas famílias nunca tiveram orientações sobre a proteção do meio ambiente, será de grande valia a implantação o quanto antes.

São famílias vindas de várias regiões do Estado, com realidades bastantes diferentes, o que poderá despertar o interesse pela agressão ao meio ambiente, e a implantação do Posto da Polícia Florestal, com certeza irá evitar e proteger muito nossas matas.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 129**

Autoria: Deputado Barbosa Neto

**SÚMULA:** Sugere a duplicação da Rodovia Angelina Ricci Vezzoso, na cidade de Londrina

O Deputado Barbosa Neto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A duplicação da Rodovia Angelina Ricci Vezzoso, na Cidade de Londrina, que liga a Rodovia Melo Peixoto (BR-369) à Região Norte da Cidade de Londrina, popularmente conhecida como Cinco Conjuntos.

2 - Em virtude da instalação de grandes indústrias nesta região, como a Dixe Toga e a Metalúrgica Atlas, esta rodovia tornou-se via de tráfego imenso e palco de inúmeros acidentes e fatalidades, o que justifica a necessidade da duplicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 130**

Autoria: Deputado Nelsinho Dal Santos

**SÚMULA:** Propõe a estadualização da Estrada Municipal que liga o trecho do Distrito de Jaciaba ao Município de Prudentópolis

O Deputado Nelsinho Dal Santos dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que seja estadualizado o trecho da estrada Municipal que liga o Distrito de Jaciaba ao Município de Prudentópolis.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma Estrada Municipal LM-001, diariamente utilizada para o transporte escolar, muito importante no escoamento da produção de feijão, fumo, mel, soja, milho e para a agropecuária, sendo elo de ligação para os Municípios de Cândido de Abreu e Turvo, tendo a extensão aproximadamente de 75 quilômetros.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 131

Autoria: Deputada Elza Correia

**SÚMULA:** Propõe seja formalizada parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato visando à utilização da Biblioteca Virtual Comunitária, localizada na região sul do Município de Londrina, pelas escolas estaduais circunvizinhas.

A Deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa., respeitosamente, para propor seja formalizada parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato visando à utilização da Biblioteca Virtual Comunitária, localizada na região sul do Município de Londrina, pelas escolas estaduais circunvizinhas.

Em contrapartida, essa Secretaria disponibilizaria recursos para aquisição de equipamentos e pagamento de professores e profissionais especializados nos projetos ali desenvolvidos.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, de Londrina, é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial e promocional, fundada em 19 de dezembro de 1991, com a finalidade, dentre outras, de levantar alternativas de ação que visem à melhoria da qualidade de vida da comunidade. Atualmente abrange os seguintes bairros: Jardim Franciscato I e II, Perobal, Novo Perobal, Piazzentin, Itapuã, Cristal, Santa Joana, Campos Elíseos, União da Vitória, Boa Esperança, Jamile Dequesh I e II, Saltinho e Vila Feliz. A população que forma esses bairros, de cerca de 52 mil habitantes, é em sua maioria oriunda da zona rural, com baixo nível de escolaridade e sem qualificação para o mercado de trabalho.

Assim, com o objetivo de eliminar as barreiras culturais, econômicas e políticas que essas camadas populares enfrentam para ter acesso aos múltiplos sistemas de informações disponíveis, a referida Associação - em parceria com a Fundação Kellog, que financiou a construção do prédio (onde estão instaladas a Associação e a Biblioteca) e a aquisição dos primeiros equipamentos - fundou a Biblioteca Virtual Comunitária com as seguintes finalidades: a) capacitação do usuário para acesso aos sistemas de informação; b) pesquisa, produção e disseminação de conhecimentos no âmbito local, regional e global; c) bureau de prestação de serviços de informação; e d) produção de programação de rádio e televisão nas áreas de formação política, organização comunitária, cidadania e temas correlatos. Para tanto, foram desenvolvidos projetos de implantação de sistema de recepção de TV e Rádio Via Satélite (estúdio de gravação e salas de TV), sala de acesso à internet, vídeo-conferência, recursos multimídia, site da Biblioteca Virtual, Bureau de Serviços de Informação e Canal Comunitário.

No entanto, devido à falta de recursos, a Biblioteca Virtual Comunitária até o momento dispõe de oito computadores e desenvolve os seguintes projetos, dentre outros: oficinas de informática básica (Word, Excel e Windows) e de informática avançada (Corel e Photoshop), oficina de jornal comunitário; implantação do portal comunitário (já foram elaborados o site e um CD de apresentação do projeto, mas ainda não foi colocado no ar por falta de recursos técnicos); vídeo cidadão (técnicas de investigação, produção, gravação, edição e finalização de audiovisuais); central popular de empregos (capacitação e inserção de jovens no mercado de trabalho) e realização de pesquisas de opinião pública.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 132

Autoria: Deputado Carlos Simões

**SÚMULA:** Sugere que a Escola de Música e Belas Artes do Paraná - Embap e a Faculdade de Artes do Paraná - FAP, fiquem integradas em uma só autarquia, denominada Universidade de Artes do Paraná - UAP, conforme especifica.

O Deputado Carlos Simões dirige-se à V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que a Escola de Música e Belas Artes do Paraná - Embap e a Faculdade de Artes do Paraná - FAP, fiquem integradas em uma só autarquia, denominada Universidade de Artes do Paraná - UAP, vinculada ao órgão estadual responsável pela definição, coordenação e execução das políticas e diretrizes na área de Ensino Superior.

II - A UAP terá sede e foro no Município de Curitiba, onde está jurisdicionada a Instituição Estadual de Ensino Superior que ora passa a integrá-la.

III - A receita, patrimônio e dotações orçamentárias da Instituição Estadual de Ensino ficam sob a titularidade da UAP.

IV - A estrutura organizacional básica e a definição de atribuições da UAP serão estabelecidas em Estatuto, bem como o Regimento Interno, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico, serão elaborados com a participação das comunidades das atuais Instituições Estaduais de Ensino, referidas no *caput* I.

V - Ficam criados, na UAP, os cargos de provimento em comissão de Reitor e Vice-Reitor, símbolos DAS-1 e DAS-3, respectivamente.

VI - Os cargos de Reitor e Vice-Reitor serão criados a partir do corpo docente das Instituições (Diretor e Vice-Diretor) de que se trata o *caput* I.

VII - Os demais cargos serão determinados em estatuto utilizando o organograma da estrutura administrativa das instituições integradas.

VIII - Deverá ser revogada a Lei Estadual nº 13283, de 25 de outubro de 2001 e demais disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.11.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação da criação de uma Instituição de Ensino Superior de Arte em Curitiba surgiu no final do século XIX, com Mariano de Lima, que criou a Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná (1886). Foi um ideal perseguido tenazmente por Alfredo Andersen desde sua chegada no Paraná em 1903 até sua morte em 1937. Luta assumida pelos intelectuais, artistas e educadores da época. Em 1948, por intermédio da Sociedade Cultura Artística Brasília Itiberê, com participação da Academia Paranaense de Letras, do Centro de Letras, do Centro Paranaense Feminino de Cultura, da Sociedade de Amigos Alfredo Andersen, do Instituto de Educação e do Colégio Estadual do Paraná, e outras instituições, foi fundada a Escola de Música e Belas Artes do Paraná - Embap.

Em 1951, a Embap passou a ocupar o atual prédio, hoje tombado pelo patrimônio histórico à Rua Emiliano Pernet, 179, no centro de Curitiba.

Desde 1983, essa Instituição vem enfrentando problemas relativos à sua estrutura funcional e por várias vezes houve o intento de se fundir a Embap com a Faculdade de Artes do Paraná - FAP.

A Embap recebeu doações de renomados professores e artistas possuindo obras valiosas, que coloca o seu acervo entre os mais significativos do Estado. A instituição conta com um grande acervo de instrumentos musicais e biblioteca especializada, oferecendo cursos de Bacharelado em Pintura, Escultura, Gravura, Instrumento, Composição e Regência, Canto, Licenciatura em Música e Desenho, todos reconhecidos pelos órgãos competentes. Desde 1991 oferece cursos de Pós-Graduação em Música e Artes Plásticas. É a única instituição do

Estado que tem programas de extensão em música para crianças e jovens com cursos regulares.

A estrutura física, laboratórios, biblioteca, já estão implantados. Portanto, a Universidade de Artes do Paraná não envolverá aumento significativo de recursos, visto que, na composição dos custos, a principal despesa é atribuída à folha de pagamento do quadro docente e técnicos administrativos, que já estão sendo disponibilizados pelo Governo do Estado. Da mesma forma, por ser uma instituição universitária especializada, terá uma estrutura administrativa enxuta, não acarretando maiores dispêndios.

O Estado do Paraná construiu um invejável sistema estadual de ensino superior. Por que não consolidar esta posição de vanguarda, concretizando uma iniciativa técnica e economicamente viável, social e culturalmente relevante, inovadora, pioneira e inédita: a Universidade de Artes do Paraná?

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 133

Autoria: Deputado Jocelito Canto

SÚMULA: Sugere a criação no currículo escolar do ensino médio da disciplina de Legislação Social, conforme especifica.

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Criação no currículo escolar do ensino, médio da disciplina de Legislação Social, com ênfase nos princípios básicos da Constituição (cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, etc), noções básicas de Direito Civil (direitos de personalidade - nome, imagem, intimidade, honra, capacidade emancipação, contrato de compra e venda, locação, posse, propriedade, formação de associações e sociedades, casamento, regime de bens, divórcio, alimentos, guarda de filhos, direitos sucessórios); noção básica de Direito do Consumidor; noção básica de Direito do Trabalho (direitos e deveres dos empregados, representação sindical).

2 - O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para inclusão da disciplina de que trata a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.11.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Grande parte dos cidadãos desconhece direitos básicos que possui. Descumpre a lei, não porque tem vontade, mas porque a desconhece. Não é preciso ser advogado, para conhecê-la. Os temas acima elencados interessam a todos os cidadãos e fazem parte do dia-a-dia de todas as pessoas. Muitos dos problemas discutidos atualmente nos juizados especiais não existiriam se as pessoas conhecessem seus direitos e deveres em relação a determinada questão.

Os temas podem ser ministrados em linguagem simples e de fácil compreensão. É uma disciplina atrativa porque sua aplicação se verifica no dia-a-dia dos alunos, o que não acontece com grande parte dos conteúdos ministrados. Por outro lado, com certeza, será matéria de grande utilização durante a vida da pessoa.

Para ministrar tais disciplinas, poderiam ser contratados profissionais da área jurídica.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 134

Autoria: Deputado Jocelito Canto

SÚMULA: Sugere a criação, através da Secretaria de Estado da Educação, no currículo escolar de ensino médio, da disciplina de “Fundamentos da Cidadania”, com ênfase na estrutura familiar, responsabilidade na guarda e educação dos filhos, sexualidade, prevenção contra a violência familiar e uso de drogas.

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - criação, através da Secretaria de Estado da Educação, no currículo escolar de ensino médio, da disciplina de “Fundamentos da Cidadania”, com ênfase na estrutura familiar, responsabilidade na guarda e educação dos filhos, sexualidade, prevenção contra a violência familiar e uso de drogas.

2 - O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para inclusão da disciplina de que trata a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.11.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Os jovens que freqüentam o ensino regular, raras as exceções, são de origem humilde, onde os pais são obrigados a uma carga de trabalho fora do lar de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais não restando tempo para a educação dos filhos, transmissão de conhecimentos básicos e éticos relativos à constituição da família, saúde e ao exercício da cidadania.

É inútil discutir que estes temas não são de responsabilidade da escola, quando verificamos a situação efetiva de verdadeira desinformação do jovem, abandonado pela família, que se vê às correrias tentando suprir a subsistência de seus membros, sem tempo ou mesmo preparo, para encontros, conversas e efetiva formação dos filhos.

É preciso levar aos jovens inclusive as noções de responsabilidade na constituição de novas famílias, conhecimentos sobre o desenvolvimento de seu corpo, seus deveres como cidadão, respeito aos idosos, etc. É preciso que a escola se preocupe com a recuperação e formação de uma sociedade mais atuante e justa.

Para ministrar tal disciplina, o Estado poderia abrir vagas para profissionais de outras categorias, entre elas os da área da Saúde e do Direito.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 135/2004

Autoria: Deputado Carlos Simões

SÚMULA: Sugere ao Poder Executivo utilizar todos os recursos ecológicos para controlar e eliminar uma praga ambiental que está ocorrendo no litoral paranaense: a proliferação do caramujo africano *Achatina Fulica*, conforme especifica.

O Deputado Carlos Simões se dirige a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

O Governo do Estado do Paraná deverá, com urgência, utilizar todos os recursos ecológicos para controlar e eliminar uma praga ambiental que está ocorrendo no litoral paranaense: a proliferação do caramujo africano *Achatina Fulica*.

A utilização de moluscicidas não é recomendada, devido à sua alta toxicidade. A melhor forma de controle e erradicação dos caramujos africanos (*Achatina Fulica*) é as catações manuais, seguida de destruição por incineração ou água fervendo. Estes cuidados são necessários porque os caramujos podem sobreviver se simplesmente descartados no lixo ou jogados em rios. É aconselhável usar luvas ou proteger as mãos com sacos plásticos ao manipulá-los.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.11.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Há anos o litoral paranaense está sofrendo com um possível desastre ecológico. Existe um caramujo africano que está pesteando nosso litoral. Uma pesquisa realizada pelo Departamento de Malacologia do Instituto Oswaldo Cruz diz que o *Achatina Fulica*, como é chamado cientificamente o caramujo africano, foi introduzido no País em substituição ao escargot na década de 1980.

O fracasso das tentativas de comercialização levou os criadores, por irresponsabilidade ou desinformação, a soltar os caramujos no ambiente silvestre. Como se reproduzem rapidamente e não possui predadores naturais no Brasil está competindo com a fauna nativa e pode causar desequilíbrio ecológico. O molusco pode transmitir a “angiostrongilíase” que se manifesta com meningite asiática ou com lesão abdominal.

A ocorrência em quantidades alarmantes do molusco gigante africano *Achatina Fulica* no litoral paranaense está chegando agora na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba, que abrange as Ilhas de Superagüi, Peças e Ilha Rosa, está preocupando a população e pesquisadores.

A resistência do molusco africano e o fato de se reproduzir em larga escala, botando mais de 200 ovos por

vez, permitiu que a espécie tivesse sucesso na região. Outra preocupação dos pesquisadores, estudantes de biologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, é que o caramujo invasor, muito mais resistente que o molusco gigante brasileiro *Megalobulimus*, conhecido como aruá-do-mato, possa estar sendo eliminado pela competição de espaço e alimento.

Esses caramujos africanos podem transmitir a doença chamada de angiostrongilíase, causada por verme nematódeo, que tem como hospedeiro definitivo o rato e intermediário o molusco. Alimentando-se de fezes de rato, o molusco incorpora o parasita, que é passado para o rato novamente, quando ele se alimenta do molusco contaminado. Sem querer, as pessoas entram no ciclo no lugar do rato, quando come ou tem contato com o muco do molusco contaminado.

Existe duas formas da doença, uma que causa a meningite comum na Ásia - não há casos ainda conhecidos no Brasil -, e outra causa lesão abdominal, com registros no Brasil.

Além da questão ambiental e da saúde humana e animal, esses caramujos são também considerados pragas agrícolas, pois se alimentam vorazmente de vários tipos de plantas ornamentais e de culturas de subsistência.

Quanto à criação do caramujo africano visando à comercialização, em vários países este tipo de malacocultura é terminalmente proibido. No Brasil, a Sociedade Brasileira de Malacologia (SBMa) solicitou providências para o controle dos animais ao Ministério da Agricultura e Abastecimento e teve como resultado o Parecer 003/2003 publicado pelo Ibama e pelo Ministério da Agricultura em 2003, que considera ilegal a criação de caramujos africanos no País, determina a erradicação da espécie e prevê a notificação dos produtores sobre a ilegalidade da atividade. Este parecer vem reforçar a Portaria 102/98 do Ibama, de 1998, que regulamenta os criadouros de fauna exótica para fins comerciais com estabelecimento de modelos de criação e exigência de registro dos criadouros junto ao Ibama.

A intenção desta indicação é fazer com que o Estado do Paraná venha fazer um esforço para acabar com o molusco, que veio de uma forma criminosa para nosso litoral, e fazer com que o molusco brasileiro possa se reproduzir com mais eficiência não causando nenhum impacto ambiental.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 135-A

Autoria: Deputado Jocelito Canto

**SÚMULA:** Sugere procedimentos no cadastro do ICMS, entre Estado e Municípios.

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Procurando criar mecanismos mais eficientes de controle para aumento da arrecadação e cooperação técnica através da troca de informações tributárias entre

Estado e Municípios, e ainda, visando conter e coibir a aversão de receitas oriundas da falta de comunicação entre órgãos da administração pública, propomos a normatização de baixas cadastrais, sendo que, empresas que solicitem a baixa de sua Inscrição Estadual, apresentem obrigatoriamente a baixa de sua inscrição e alvará no Município, assim como acontece no momento de sua constituição, onde é obrigatório a apresentação do alvará de localização.

Proposta de inclusão do inciso XII no artigo 19 da Norma de Procedimento Fiscal nº 083/2003:

“XII - Certidão Negativa Municipal de baixa do alvará do domicílio da inscrição a ser excluída pelo Estado”.

2 - O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para a implementação do objeto da presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06.12.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Tal pedido vem ao encontro da grande expectativa que os Municípios possuem em baixar seus estoques de dívidas ativas, auxiliados pela fiscalização sistemática da Secretaria da Fazenda Estadual, pois existe uma grande quantidade de empresas que não deram baixa nos Municípios, porém, encontram-se encerradas contabilmente no cadastro do Estado, auferindo aos cofres públicos das cidades grandes prejuízos, além da responsabilidade ao administrador pela Lei de Responsabilidade Fiscal em função dos altos estoques e baixa liquidez da dívida ativa.

Para tanto, simplesmente poderia ser incluído entre as normas de procedimento fiscal para exclusão do cadastro do ICMS - Artigo 110 do Regulamento do ICMS/Norma de Procedimento Fiscal nº 083/2003 Seção VII/ da exclusão do CAD/ICMS - obrigatoriamente a certidão negativa de seu domicílio de inscrição.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 137

Autoria: Deputado Barbosa Neto

**SÚMULA:** Sugere a instalação de um Posto do Corpo de Bombeiros no município de Bela Vista do Paraíso.

O Deputado Barbosa Neto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação e instalação de um Posto do Corpo de Bombeiros no Município de Bela Vista do Paraíso, o qual atenderá também os Municípios de Primeiro de Maio, Sertãoópolis, Alvorada do Sul e Florestópolis.

2 - A região desses Municípios não possui nas proximidades uma unidade do Corpo de Bombeiros.

3 - Em caso de incêndios, a probabilidade de agravar os incidentes e comprometer vidas é maior, devido ao tempo que socorro capacitado leva para chegar até o local.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.03.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 138

Autoria: Deputado Artagão Júnior

SÚMULA: Propõe a estadualização do acesso rodoviário PR-170, também conhecido como Rodovia Florindo Pecou, compreendido entre o trevo do bairro Bela Vista até a sede do Município de Cambira.

O Deputado Estadual do Paraná Artagão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue:

I - que seja estadualizada o acesso rodoviário PR-170, também conhecido como Rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trevo do Bairro Bela Vista e a sede do Município de Cambira, numa extensão de (7) sete quilômetros.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.03.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região acarreta um desgaste amplo na malha rodoviária daquela localidade.

Conseqüentemente, a conservação e manutenção deste acesso são de responsabilidade do Município, que muitas vezes não possui condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista haver os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também como a manutenção de estradas rurais e carreadores.

Com a conservação pelo DER desta estrada com cerca de 7 (sete) quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região restaria beneficiada com os gastos municipais.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 139

Autoria do Deputado Artagão Júnior

SÚMULA: Propõe a pavimentação asfáltica do trecho da PR-364, que liga a sede do município de Goioxim ao entroncamento com o Município de Cantagalo.

O Deputado Estadual do Paraná, Artagão de Matos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue:

I - que seja pavimentado o trecho que liga a sede do Município de Goioxim até o entroncamento com o Município de Cantagalo. O referido trecho compõe a PR-364, também conhecida como Rodovia Estadual Engenheiro Luiz Douglas de Araújo, com extensão de 11 (onze) quilômetros.

#### JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região acarreta um desgaste muito grande na malha rodoviária e em especial no trecho sem asfalto.

Conseqüentemente a pavimentação do referido trecho irá melhorar o escoamento da produção que ligará o Município ao futuro terminal de calcário, beneficiando os Municípios de Cantagalo, Marquinhos e Goioxim.

O Município não possui condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista haver os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, à constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também, como a manutenção de estradas rurais.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada com cerca de 11 (onze) quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região restaria beneficiada.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 140

Autoria: Deputado Jocelito Canto

SÚMULA: Propõe a realização pela Secretaria de Estado da Saúde, de exames médicos nos alunos da rede estadual de ensino, anualmente no início do período letivo, com vistas a prevenir a ocorrência de problemas de saúde com estudantes durante a prática de atividades esportivas e eventos recreativos.

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A realização pela Secretaria de Estado da Saúde, de exames médicos nos alunos da rede estadual de ensino, anualmente no início do período letivo, com vistas a prevenir a ocorrência de problemas de saúde com estudantes durante a prática de atividades esportivas e eventos recreativos.

2 - O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para efetivação dos exames médicos de que trata a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Os jovens da rede estadual de ensino pertencem normalmente às classes sociais média e baixa não con-

tando, por esta razão, com atendimento médico periódico e preventivo. Muitas vezes nunca se submeteram a um exame médico capaz de verificar quaisquer tipos de deficiência ou disfunção. Na escola, ao praticar atividades físicas, muitas vezes são vítimas de moléstias que poderiam ser evitadas com exame preventivo. Recentemente tivemos conhecimento pela imprensa, de um garoto de quinze anos do Município de Castro que ao iniciar prática esportiva, sem o conhecimento de suas deficiências médicas, teve um mal súbito e, mesmo sendo atendido a tempo, faleceu no Hospital Ana Fiorillo Menarin.

Tendo em vista casos como este, ocorrido em Castro e muitos outros que estão sujeitos a acontecer decorrentes da falta de atendimento médico preventivo, a presente indicação visa prevenir acidentes com crianças e adolescentes nas escolas públicas do Paraná e acima de tudo, assegurar a tranquilidade e o respeito à família paranaense.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 141

Autoria: Deputado Durval Amaral

**SÚMULA:** Sugere a criação da obrigatoriedade de comunicação, pelos entes da Administração Pública Indireta, às Câmaras Municipais, quanto à liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, para os municípios.

O Deputado que a presente indicação subscreve, que será submetida às Comissões Parlamentares e ao Plenário desta Casa, utiliza deste instrumento regimental para levar a V. Exa. a seguinte sugestão de anteprojeto de lei, estabelecendo providências administrativas.

Art. 1º - Os órgãos e entidades da administração direta e indireta estadual, quando da liberação, a qualquer título, de recursos financeiros para os Municípios, notificarão o fato às respectivas Câmaras Municipais, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da liberação.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**JUSTIFICATIVA:**

A instituição da obrigatoriedade sugerida facilitará a ação dos legislativos municipais no exercício de uma das suas funções institucionais no que respeita à fiscalização dos atos da administração pública municipal.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 142

Autoria: Deputada Elza Correia

**SÚMULA:** Reitera providências visando a construção de uma escola estadual no Parque Universi-

dade, de Londrina, a fim de atender a alunos de 5ª a 8ª séries e do Ensino Médio desse e dos bairros adjacentes.

A Deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa., respeitosamente, para reiterar providências visando a construção de uma escola estadual no Parque Universidade, de Londrina, a fim de atender a alunos de 5ª a 8ª séries e do Ensino Médio desse e dos bairros adjacentes.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.04.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de obra de extrema importância para o Parque Universidade e bairros vizinhos, todos da periferia de Londrina.

Ocorre que os alunos desses bairros, pela falta de escola e de condições para custear o passe escolar, têm de caminhar cerca de quatro quilômetros até a escola mais próxima, localizada no Conjunto Avelino Pereira, ou a outras ainda mais distantes, expondo-se a riscos de violência e atropelamentos, uma vez que têm de atravessar a PR-445.

Consoante se pode constatar das inclusas reportagens dos jornais locais, a falta de escola no bairro é um problema que se arrasta sem solução há vários anos, o que tem gerado protestos dos moradores.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 143

Autoria: Deputado Artagão Júnior

**SÚMULA:** Propõe a pavimentação asfáltica do trecho da sede do município de Cantagalo ao Terminal de Calcário, passando pelo entroncamento da PR-364.

O Deputado Estadual do Paraná Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, se dirige a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue:

I - Que seja pavimentado o trecho que liga a sede do Município de Cantagalo ao futuro terminal de calcário no Distrito de Cavaco passando pelo entroncamento da PR-364, com extensão total de trinta quilômetros, sendo que do Município de Cantagalo até o entroncamento é de 22 quilômetros e do entroncamento da PR-364 até o terminal de calcário do Distrito do Cavaco é de oito quilômetros.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.04.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**JUSTIFICATIVA:**

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção de calcário da região acarreta um desgaste muito grande na malha rodoviária e em especial no trecho sem asfalto.



Conseqüentemente a pavimentação do referido trecho irá melhorar o escoamento da produção que ligará o Município ao futuro terminal de calcário, beneficiando os Municípios de Cantagalo, Marquinhos e Goioxim.

O Município não possui condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista haver os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também, com a manutenção de estradas rurais.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada com cerca de trinta quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região seria beneficiada.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 144

Autoria: Deputado Artagão Júnior

SÚMULA: Propõe a ligação asfáltica do trecho que liga os município de Pinhão a Candói, via Cooperativa Agrária e Águas de Santa Clara.

O Deputado Estadual do Paraná Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, se dirige a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue:

I - Que seja pavimentado por via de ligação asfáltica o trecho que liga os Municípios de Pinhão e Candói, via cooperativa agrária e águas de Santa Clara, com extensão de quinze quilômetros.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.04.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Tal pedido é fundamentado pelo Requerimento nº 030 de 07/03 do Poder Legislativo de Pinhão, aprovado por unanimidade de votos, requerendo a ligação asfáltica entre os Municípios de Pinhão e Candói, de autoria da Vereadora Jocelita do Rossio Dellê.

Ademais o grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região acarreta uma desgaste muito grande na malha rodoviária e em especial no trecho sem asfalto.

Conseqüentemente a pavimentação do referido trecho irá melhorar o escoamento da produção que irá beneficiar os Municípios de Pinhão e Candói.

O Município não possui condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista haver os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também, como a manutenção de estradas rurais.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada com cerca de quinze quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região seria beneficiada.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 145

Autoria: Deputado Mauro Moraes

SÚMULA: Propõe a compensação dos valores pagos em forma de pedágio no pagamento do IPVA.

O Deputado Mauro Moraes, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

1 - Os valores comprovadamente pagos em forma de pedágio, nos pólos de arrecadação no Estado do Paraná, poderiam ser compensados na oportunidade do pagamento do respectivo IPVA aos proprietários de veículos automotores registrados no órgão competente de âmbito estadual.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06.04.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Esta indicação tem a finalidade de acabar com a bitributação do proprietário de veículo automotor, considerando-se que o IPVA tem a mesma destinação do pedágio, isto é, manutenção, conservação e segurança das rodovias.

As principais rodovias do Estado já estão dotadas de pedágio. O contribuinte não poderá pagar duplamente, sendo portanto, justo que o valor do recibo obtido no posto de arrecadação seja descontado no pagamento do IPVA.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 146

Autoria: Deputado Barbosa Neto

SÚMULA: Propõe a inclusão do Curso de Teologia nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

O Deputado Barbosa Neto, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue:

1 - A inclusão do Curso de Teologia nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

2 - A procura por este curso vem crescendo nos últimos tempos, já que estamos num país de forte predomínio religioso.

3 - O Estado deve oferecer, aos que desejam se aprofundar na matéria, a oportunidade de poder se graduar em Teologia, respeitando a individualidade religiosa de cada cidadão e garantindo a orientação pedagógica do

curso em questão, sem prejuízo ao estudante ou à crença que ele professe.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19.04.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 147

Autoria: Deputado Artagão Júnior

**SÚMULA:** Propõe a pavimentação asfáltica do trecho da estrada que vai da sede do Município de Ivaiporã ao Distrito de Jacutinga.

O Deputado Estadual do Paraná, Artagão de Matos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que seja pavimentado o trecho da estrada que vai da sede do Município de Ivaiporã ao Distrito de Jacutinga.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19.04.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz a pavimentação asfáltica do trecho narrado na presente indicação, pelo fato de que há um grande fluxo de veículos pesados na região, os quais escoam a produção da localidade.

Tal obra irá ao encontro dos anseios da população local e daqueles que prestam serviços, fazendo com que haja um aumento de capital e, conseqüentemente, um gradativo aumento na qualidade de vida.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 148

Autoria: Deputado Artagão Júnior

**SÚMULA:** Propõe a pavimentação asfáltica da estrada que liga Rebouças a São Mateus do Sul, passando pela localidade de Poço Bonito.

O Deputado Estadual do Paraná, Artagão de Matos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

I - que seja pavimentado por via de ligação asfáltica o trecho que liga o Município de Rebouças a São Mateus do Sul, passando pela localidade de Poço Bonito, com extensão total de 42 quilômetros.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.04.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região acarreta um desgaste muito grande na malha rodoviária e em especial no trecho sem asfalto.

Conseqüentemente a pavimentação de o referido trecho irá melhorar o escoamento da produção que irá beneficiar muitos municípios.

O Município não possui condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista haver os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também, como a manutenção de estradas rurais.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada com cerca de 42 quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região seria beneficiada.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 149

Autoria: Deputado Barbosa Neto

**SÚMULA:** Solicita ao Poder Executivo envio de mensagem que concede o pagamento de horas extras aos policiais militares, na forma que menciona.

1 - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a conceder o pagamento de horas extras aos policiais militares.

2 - As despesas provenientes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar.

3 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27.04.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

A presente propositura visa amenizar a situação financeira caótica em que se encontram os policiais militares do Estado do Paraná. É público e notório o valor aviltante do salário da categoria, impondo aos mesmos uma situação degradante, tendo que se sujeitar a trabalhos paralelos à sua função para que possam aumentar sua renda, proporcionando assim melhor qualidade de vida aos seus familiares.

Trata-se de uma causa muito justa a esses profissionais que são tão importantes para nossa segurança. É preciso dar incentivo aos policiais quando desempenham tão árdua função em prol de nossa sociedade, garantindo o bem-estar a todos nós, portanto peço aos meus Pares empenho para aprovar tão importante projeto.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 150

Autoria: Deputado Barbosa Neto

SÚMULA: Sugere a criação de um Departamento de Pesca no âmbito da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O Deputado Barbosa Neto se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) a criação de um Departamento de Pesca no âmbito da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

2) Justifica-se a criação deste Departamento, pela reclamação de pescadores que alegam a falta de estrutura e conseqüentemente a baixa qualidade de atendimento aos pescadores, que atualmente buscam auxílio para o setor no Instituto Ambiental do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27.04.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 151

Autoria: Deputado Mauro Moraes

SÚMULA: Solicita ao Poder Executivo envio de mensagem que concede Vale Refeição e Vale Transporte aos Policiais Militares, na forma que menciona.

O Deputado Mauro Moraes, nmo uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o que segue:

1 - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a conceder vale refeição e vale transporte aos policiais militares.

2 - As despesas provenientes da aplicação desta lei ocorrerão à conta de dotações próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar.

3 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.05.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

A presente propositura visa amenizar a situação financeira caótica em que se encontram os policiais militares do Estado do Paraná, é público e notório o valor aviltante do salário da categoria, impondo aos mesmos uma situação degradante quando se vêem obrigados a fazer suas refeições fora das imediações dos quartéis, ou quando têm que se locomover nos transportes coletivos e tendo que se sujeitar a trabalhos paralelos à sua função para que possam aumentar sua renda, proporcionando assim melhor qualidade de vida aos seus familiares.

Trata-se de uma coisa muito justa, investir na alimentação, no transporte destes profissionais que são tão importantes para nossa segurança, é preciso dar incentivo aos policiais quando desempenham tão árdua função em prol de nossa sociedade, garantindo o bem-estar a todos nós, portanto peço aos meus Pares empenho para aprovar tão importante projeto.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 152

Autoria: Deputado Artagão Júnior

SÚMULA: Propõe a pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Palmital ao Município de Mato Rico.

O Deputado Estadual do Paraná Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue:

1 - que seja pavimentado por via de ligação asfáltica o trecho que liga o Município de Palmital ao Município de Mato Rico, com extensão de dezoito quilômetros.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.05.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Tal pedido tem como base a reivindicação do Poder Legislativo dos Municípios de Palmital e Laranjal e tem como argumento principal o grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região que acarreta um desgaste muito grande na malha rodoviária e em especial no trecho sem asfalto.

Conseqüentemente, a pavimentação de o referido trecho irá melhorar o escoamento da produção que irá beneficiar muitos municípios.

Os municípios não possuem condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também como a manutenção de estradas rurais.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada com cerca de dezoito quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região seria beneficiada.

Assim, as localidades possuirão um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

#### INDICAÇÃO Nº 153

Autoria: Deputado Cleiton Kielse

SÚMULA: Propõe obras de pavimentação asfáltica da estrada que liga Mato Rico a Roncador.

O Deputado Estadual do Paraná, Cleiton Kielse, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o que segue:

1 - Que seja pavimentado por via de ligação asfáltica o trecho que liga os Municípios de Mato Rico a Roncador, com extensão total de 23 quilômetros.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.05.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O Município de Mato Rico está emancipado há doze anos, e conseqüentemente a pavimentação trará investimentos substanciais de agroindústrias que infelizmente não beneficiam seus produtos dentro do Município, no receio de não poderem escoar as suas safras nos momentos necessários.

Além de que a logística do Estado está sendo aplicada visando as regiões mais carentes em nosso Estado para as cidades de IDH mais baixo.

Assim, aquela região possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

Com a certeza que seremos atendidos neste projeto eficiente aos Municípios e ao nosso Estado.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 154

Autoria: Deputado Artagão Júnior

SÚMULA: Propõe a pavimentação asfáltica do trecho que liga o Município de Inácio Martins ao Distrito de Guará (PR-364).

O Deputado Estadual do Paraná Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o que segue:

1 - Que seja pavimentado por via de ligação asfáltica o trecho que liga o Município de Inácio Martins ao Distrito de Guará (PR-364), com extensão total de 38 quilômetros, que faz ligação com a BR-277.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.05.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região, acarreta um desgaste muito grande na malha rodoviária e em especial no trecho sem asfalto.

Conseqüentemente a pavimentação do referido trecho irá melhorar o escoamento da produção que irá beneficiar muitos municípios.

O Município não possui condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocu-

pação na geração de empregos, como a manutenção de estradas rurais.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada com cerca de 38 quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região seria beneficiada, haja vista que ligaria ao Município de Guarapuava, cidade-pólo da região.

Assim, as localidades possuiriam um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 155

Autoria: Deputado Artagão Júnior

SÚMULA: Propõe a pavimentação asfáltica do trecho que liga o Município de Altamira do Paraná a Palmital.

O Deputado Estadual do Paraná Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o que segue:

1 - Que seja pavimentado por via de ligação asfáltica o trecho que liga o Município de Altamira do Paraná a Palmital.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.05.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região, acarreta um desgaste muito grande na malha rodoviária e em especial no trecho sem asfalto.

Conseqüentemente a pavimentação do referido trecho irá melhorar o escoamento da produção que irá beneficiar muitos municípios.

Além disso, a ligação entre os Municípios de Altamira do Paraná e Laranjal necessita de pavimentação integral, em trecho não superior a 29 quilômetros enquanto que o trecho entre os Municípios de Laranjal e Palmital, não superior a 35 quilômetros carece de recuperação do asfalto já existente, cujo trabalho deve contemplar o recapeamento e alargamento do acostamento.

Os Municípios não possuem condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também, como a manutenção de estradas rurais.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada toda a malha rodoviária restante da região seria beneficiada.

Assim, as localidades possuiriam um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 156

Autoria: Deputado Duílio Genari

SÚMULA: Propõe a estadualização do trecho da Rodovia “Desembargador Edmundo Mercer” que liga a sede do Município de Formosa do Oeste à localidade de Consolata, com extensão de seis quilômetros, e a recuperação asfáltica.

O Deputado Estadual Duílio Genari, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se V. Exas. para expor e reivindicar o que se segue:

I - Que seja estadualizado o trecho da Rodovia “Desembargador Edmundo Mercer” que liga a sede do Município de Formosa do Oeste à localidade de Consolata, com extensão de seis quilômetros, e executado com urgência a recuperação asfáltica.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.05.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

## JUSTIFICATIVA:

Apresentamos a presente indicação atendendo pedido dos Vereadores da Câmara Municipal de Formosa do Oeste, em conformidade com sua Indicação de nº 53, assinada por cinco Vereadores.

Trata-se de importante trecho de rodovia, que serve grande número de propriedades rurais que produzem e geram riquezas para ser transportadas e escoadas, bem como, atende um bom número de alunos com o transporte escolar.

A estadualização e conseqüente recuperação asfáltica da rodovia será a redenção e tirará de todos os munícipes da situação aflitiva, cujo trecho oferece riscos e perigos pelo seu péssimo estado de conservação, visto a dificuldade do Município em obter recursos para a sua manutenção.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 157

Autoria: Deputado Carlos Simões

SÚMULA: Propõe a conclusão das obras de pavimentação asfáltica da BR-487 (Estrada Boiadeira), no trecho que especifica.

O Deputado Carlos Simões, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

1 - que seja finalizada a pavimentação por via de ligação asfáltica a BR-487, tradicionalmente denominada de “Estrada Boiadeira”, perfazendo a extensão de 82 quilômetros.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.05.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

## JUSTIFICATIVA:

A Comcam e a Amerios - Associação dos Municípios da Região de Entrerios (que congrega 32 municípios), entidades que reúnem administrativamente os municípios polarizados por Campo Mourão e Umuarama, estão empenhadas na defesa do término das obras de pavimentação asfáltica da BR-487 - tradicionalmente denominada de “Estrada Boiadeira”.

O Movimento vem ganhando gradativamente a adesão de entidades civis organizadas, a exemplo dos Rotary's Club's, Lions, Sindicatos Rurais, Maçonarias, Igrejas Católicas e Evangélicas, Associações Comerciais e Clubes de Dirigentes Lojistas, dentre outros, através da manifestação oficial em abaixo-assinado intitulado “Apoio ao Caminho do Paraná”.

É indispensável recordar que desde 1950, essas microrregiões reivindicam essa rodovia, que irá contribuir, sobremaneira, com o fortalecimento da economia dos municípios e do Estado do Paraná como um todo.

A história política registra que inúmeras vezes as obras foram paralisadas, sendo que a solicitação objetiva a pavimentação do trecho compreendido entre os Municípios de Campo Mourão a Porto Camargo, conforme traçado original.

Assim, reafirmando que a conclusão das obras da BR-487 (Estrada Boiadeira), é de extrema importância para as nossas microrregiões, para o Estado do Paraná e para todos os segmentos envolvidos, em especial, o agropecuário e, neste sentido, renovamos os votos de confiança e esperança na retomada dessa obra para cuja empreitada contamos com vossas indispensáveis participações.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 158

Autoria: Deputado Mauro Moraes

SÚMULA: Solicita ao Poder Executivo envio de mensagem dispondo sobre a criação da Secretaria Estadual Antidrogas.

1 - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Secretaria Estadual Antidrogas, no âmbito do Estado do Paraná.

2 - A Secretaria Estadual Antidrogas assumirá, dentre outras, as atribuições anteriormente destinadas ao Conselho Estadual Antidrogas.

3 - As despesas provenientes da publicação desta lei ocorrerão por conta do orçamento do Estado do Paraná, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar.

4 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.06.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

## JUSTIFICATIVA:

A propositura visa dar um caráter maior para a reorientação, às políticas públicas voltadas para o tratamento de drogados no Estado do Paraná, através de uma Secretaria Estadual Antidrogas.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 159

Autoria: Deputado Mauro Moraes

**SÚMULA:** Institui a obrigatoriedade da publicação de lista de veículos furtados, roubados e desaparecidos que forem localizados pelos órgãos de segurança do Estado.

1 - A Secretaria da Segurança Pública, através do órgão competente, dará publicidade mensal de todos os veículos recuperados pelos órgãos de segurança, contendo as características de cada veículo, data de recuperação e local onde se encontram acautelados.

2 - A relação deverá ser mensal, elaborada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte, encaminhada, obrigatoriamente, aos órgãos da imprensa, afixada em todas as repartições policiais do Estado e divulgada por meio da internet, através da página do Governo do Estado.

3 - Transcorridos 3 (três) anos da recuperação, o veículo que não for resgatado por seu legítimo dono poderá ser leiloado pelo Estado, esgotado as providências de localização do proprietário.

4 - Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.06.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 160

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

**SÚMULA:** Sugere ao Sr. Governador do Estado do Paraná que seja procedida a chamada dos candidatos aprovados no concurso promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, para o cargo de Agente Penitenciário.

O Deputado Estadual do Paraná Luiz Nishimori, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o que segue:

1 - Que seja procedida a chamada dos candidatos aprovados no concurso promovido pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, para suprir a falta de Agentes Penitenciários, bem como passar instruções sobre a metodologia a ser utilizada para as chamadas dos aprovados para suprir as vagas que surgirão com o encerramento das unidades terceirizadas e nas treze penitenciárias em construção e outras que se encontram em fase de licitação, as quais abrirão 10.300 vagas para o ano de 2006.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.06.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 161

Autoria: Deputado Reni Pereira

**SÚMULA:** Sugere que o Executivo baixe decreto concedendo crédito presumido às operações com o trigo e seus derivados.

O Deputado Reni Pereira dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - como é do conhecimento de toda comunidade produtora paranaense, bem como das autoridades fazendeiras e políticas, o Estado de São Paulo baixou decreto "zerando" a alíquota do ICMS incidente sobre a cadeia do trigo e, concomitantemente, encaminhou mensagem de lei à Assembléia Legislativa daquele Estado, isentando o segmento;

2 - com nossa manifestação pública, repercutida nos meios de comunicação, dando conta dos prejuízos que as medidas paulistas trariam ao setor do trigo de nosso Estado, houve o pronunciamento do Sr. Secretário da Fazenda, divulgando que seria dado entrada a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a legislação paulista, já que a mesma desrespeita as normas tributárias constitucionais;

3 - a despeito da medida anunciada, o decreto paulista entrou em vigor e seus efeitos foram imediatos - hoje já existe ameaças reais de paralisação de atividades e desemprego em território paranaense, dada a disparidade de preços ocasionada pela diferença tributárias, inviabilizando a comercialização do produto originado do Paraná;

4 - considerando que a apreciação judicial poderá demandar um tempo de que o setor não dispõe, entendo que o Poder Executivo - sensível ao problema - poderia, igualmente, baixar um decreto concedendo, provisoriamente, um crédito presumido à cadeia do trigo no Estado do Paraná, até que a questão seja apreciada e resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, desta forma preservando a atividade e seus milhares de empregos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.06.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 162

Autoria: Deputado Hermes Fonseca

**SÚMULA:** Sugere a concessão, em caráter emergencial, de gratificação específica para os servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

O Deputado Estadual do Estado do Paraná, abaixo-assinado, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. cerca de 5.550 servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, de diversas categorias, dentre os quais estão biólogos, meteorologistas, inspetores de café, técnico e auxiliares de laboratório, técnicos em colonização, economistas, contadores, assistentes sociais, auxiliares operacionais em agropecuária, agentes administrativos, estão com os seus salários muito defasados, em situação de penúria, passando por todo o tipo de dificuldades e privações, expostos à desagregação social e familiar;

2. considerando que, no âmbito do Mapa, os fiscais federais agropecuários têm a sua carreira regulamentada e percebem gratificação; os agentes de inspeção e agentes de atividades agropecuárias também já recebem gratificação específica;

3. considerando essencial a existência de uma política isonômica de salários no âmbito do Ministério;

4. sugerimos que seja implantada, em caráter emergencial, a gratificação específica de atividade técnico-administrativa agropecuária para categorias de servidores que ainda não a recebem;

5. sugerimos, ao final, que após essa medida emergencial, sejam iniciadas as ações, no âmbito dos Ministérios da Agricultura e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a criação do Plano de Carreiras para os servidores do Mapa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.06.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 163

Autoria: Deputado Hermes Fonseca

SÚMULA: Sugere a concessão, em caráter emergencial, de gratificação específica para os servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil

O Deputado Estadual do Estado do Paraná, abaixo-assinado, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. cerca de 5.550 servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, de diversas categorias, dentre os quais estão biólogos, meteorologistas, inspetores de café, técnico e auxiliares de laboratório, técnicos em colonização, economistas, contadores, assistentes sociais, auxiliares operacionais em agropecuária, agentes administrativos, estão com os seus salários muito defasados, em situação de penúria, passando por todo o tipo de dificuldades e privações, expostos à desagregação social e familiar;

2. considerando que, no âmbito do Mapa, os fiscais federais agropecuários têm a sua carreira regulamentada e percebem gratificação; os agentes de inspeção e agentes de atividades agropecuárias também já recebem gratificação específica;

3. considerando essencial a existência de uma política isonômica de salários no âmbito do Ministério;

4. sugerimos que seja implantada, em caráter emergencial, a gratificação específica de atividade técnico-administrativa agropecuária para categorias de servidores que ainda não a recebem;

5. sugerimos, ao final, que após essa medida emergencial, sejam iniciadas as ações, no âmbito dos Ministérios da Agricultura e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a criação do Plano de Carreiras para os servidores do Mapa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.06.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 164

Autoria: Deputado Hermes Fonseca

SÚMULA: Sugere a concessão, em caráter emergencial, de gratificação específica para os servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil:

O Deputado Estadual do Estado do Paraná, abaixo-assinado, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. cerca de 5.550 servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, de diversas categorias, dentre os quais estão biólogos, meteorologistas, inspetores de café, técnico e auxiliares de laboratório, técnicos em colonização, economistas, contadores, assistentes sociais, auxiliares operacionais em agropecuária, agentes administrativos, estão com os seus salários muito defasados, em situação de penúria, passando por todo o tipo de dificuldades e privações, expostos à desagregação social e familiar;

2. considerando que, no âmbito do Mapa, os fiscais federais agropecuários têm a sua carreira regulamentada e percebem gratificação; os agentes de inspeção e agentes de atividades agropecuárias também já recebem gratificação específica;

3. considerando essencial a existência de uma política isonômica de salários no âmbito do Ministério;

4. sugerimos que seja implantada, em caráter emergencial, a gratificação específica de atividade técnico-administrativa agropecuária para categorias de servidores que ainda não a recebem;

5. sugerimos, ao final, que após essa medida emergencial, sejam iniciadas as ações, no âmbito dos Ministérios da Agricultura e do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão, para a criação do Plano de Carreiras para os servidores do Mapa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.06.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 165

Autoria: Deputado Hermes Fonseca

**SÚMULA:** Sugere a concessão, em caráter emergencial, de gratificação específica para os servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Exmo. Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão:

O Deputado Estadual do Estado do Paraná, abaixo-assinado, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. cerca de 5.550 servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, de diversas categorias, dentre os quais estão biólogos, meteorologistas, inspetores de café, técnico e auxiliares de laboratório, técnicos em colonização, economistas, contadores, assistentes sociais, auxiliares operacionais em agropecuária, agentes administrativos, estão com os seus salários muito defasados, em situação de penúria, passando por todo o tipo de dificuldades e privações, expostos à desagregação social e familiar;

2. considerando que, no âmbito do Mapa, os fiscais federais agropecuários têm a sua carreira regulamentada e percebem gratificação; os agentes de inspeção e agentes de atividades agropecuárias também já recebem gratificação específica;

3. considerando essencial a existência de uma política isonômica de salários no âmbito do Ministério;

4. sugerimos que seja implantada, em caráter emergencial, a gratificação específica de atividade técnico-administrativa agropecuária para categorias de servidores que ainda não a recebem;

5. sugerimos, ao final, que após essa medida emergencial, sejam iniciadas as ações, no âmbito dos Ministérios da Agricultura e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a criação do Plano de Carreiras para os servidores do Mapa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.06.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 166

Autoria: Deputado Ailton Araújo

**SÚMULA:** Sugere a criação do Vale Lazer, no âmbito do Estado do Paraná e dá outras disposições.

O Deputado Estadual Ailton Araújo dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - O Vale-Lazer, instrumento facilitador da participação da comunidade em atividades esportivas, culturais e de entretenimento em geral e incentivador da arrecadação tributária, consiste em valor obtido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o total de notas fiscais apresentadas por contribuintes, relativas a compras efetuadas no Estado do Paraná e resgatadas pelo Governo do Estado do Paraná.

2 - O Poder Executivo indicará o órgão ou órgãos que centralizarão a troca de notas fiscais por Vales-Lazer no percentual estipulado no *caput* do item 1, podendo firmar convênios com instituições financeiras para consecução desse objetivo.

3 - O contribuinte, de posse dos Vale-Lazer, poderá trocá-los por ingressos nas bilheterias de qualquer evento de caráter esportivo, cultural e de entretenimento em geral, dentro do Estado do Paraná. Os eventos objetos da presente Indicação compreendem os seguintes:

3.1 - teatrais;

3.2 - cinematográficos;

3.3 - esportivos, compreendendo todas as modalidades de esporte;

3.4 - circenses;

3.5 - espetáculos musicais ou congêneres.

4 - Os produtores e organizadores de eventos ficam obrigados a receber o Vale-Lazer e efetuar a troca do mesmo pelo ingresso pleiteado.

5 - O Poder Executivo, através de órgão previamente indicado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação do interessado, efetuará o ressarcimento aos produtores e organizadores de eventos do valor dos Vales-Lazer recebidos pelos mesmos.

6 - É proibida a utilização da Vale-Lazer, em atividades ou eventos estranhos aos que determina o item 3 da presente indicação.

7 - O Poder Executivo regulamentará a lei no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.06.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 167

Autoria: Deputado Padre Paulo Campos

**SÚMULA:** Sugere a distribuição gratuita, pela secretaria Estadual da Saúde, de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle aos diabéticos carentes residentes no Estado do Paraná.

O Deputado Padre Paulo Campos, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1. Sugere a distribuição gratuita, pela Secretaria Estadual da Saúde, de medicamentos e insumos destina-



dos ao tratamento e controle aos diabéticos carentes residentes no Estado do Paraná.

a) Consideram-se pessoas carentes aquelas cuja renda familiar seja igual ou inferior a três salários mínimos.

2. Os de medicamentos e insumos, a serem distribuídos nas unidades de Saúde Pública do Estado, compreendem os seguintes itens:

I - insulina;

II - antidiabéticos orais;

III - reagentes para exames;

IV - seringas para aplicação de insulina;

V - fitas reagentes;

VI - adoçantes dietéticos;

VII - material de informação e orientação e educativo para o acompanhamento e controle da doença.

3. As despesas decorrentes da distribuição dos medicamentos constarão na dotação orçamentária da Secretaria Estadual de Saúde.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.06.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 168

Autoria: Deputado Rafael Greca

SÚMULA: Dispõe sobre a proibição de práticas de vistoria mediante agachamento frontal na presença de menores e dá outras providências.

1. É notório conhecimento que nos dias de visitas aos detentos nos estabelecimentos prisionais do Estado do Paraná, esposas e demais familiares do sexo feminino devem passar por uma modalidade de vistoria conhecida como agachamento frontal.

2. Sendo imperioso reconhecer como necessária a adoção de todas as providências, a exemplo desta, voltadas a evitar o ingresso no estabelecimento prisional de artefatos que coloquem em risco a segurança do ergástulo, é também indispensável que a integridade moral dos menores que acompanham suas avós, mães e irmãs nos dias de visita seja preservada, poupando-os de vê-las submetidas a esta forma vexatória de revista.

3. Assim, esta proposição destina-se a recomendar que tal prática de revista seja realizada apenas pelo efetivo policial feminino, em local reservado, integralmente apartado da presença de menores.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.06.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 170

Autoria: Deputado Jocelito Canto

SÚMULA: Sugere a criação do Programa Estadual da Melhor Idade.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. Sugere a criação do Programa Estadual da Melhor Idade, vinculado à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, com o objetivo de criar frentes de trabalho e também promover e incentivar a contratação no mercado de trabalho de pessoas que estejam próximas da aposentadoria.

2. Serão beneficiados pelo programa os cidadãos que atenderem aos seguintes requisitos:

I - residam há mais de três anos no Estado do Paraná;

II - estejam desempregados há seis meses ou mais;

III - encontrem-se há três anos ou menos do prazo mínimo para a aposentadoria;

IV - possuam renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e, conseqüentemente, sem condições de manter os pagamentos de sua contribuição previdenciária.

3. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, a qualquer tempo, no Orçamento Anual do Estado, os créditos adicionais necessários para implementar o programa alvo da presente indicação ou conceder isenção de impostos estaduais às empresas públicas ou privadas que criarem vagas para contratação dos cidadãos que atendam ao disposto no item 2, com o intuito de estimular a geração de postos de trabalho.

4. As empresas públicas ou privadas poderão, mediante assinatura de termos de adesão ao programa, inscrever-se como empregador, firmando compromisso de gerar vagas de emprego pelo prazo mínimo de doze meses a partir da contratação para beneficiarem-se dos incentivos previstos no item 3.

5. Se houver rescisão justificada do contrato de trabalho do cidadão inscrito no programa antes do prazo previsto no item 4, o empregador poderá manter o posto criado, substituindo imediatamente o empregado por outro que preencha os requisitos legais, não fazendo jus a novo benefício para o mesmo posto.

6. O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para isenção de impostos e demais incentivos de que trata a presente indicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.08.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

É fato que a oferta de emprego no mercado de trabalho tem-se estreitado de maneira contínua nos últimos anos, provocando índices de desemprego assustadores e reduzindo a qualidade de vida da população. Também é

sabido que quanto maior a idade, maiores são também as dificuldades para obtenção de emprego com registro em Carteira de Trabalho e, conseqüentemente, sem contribuição para a Previdência Social.

Para solucionar este grave problema social, garantir a reinserção no mercado de trabalho formal e a manutenção da cidadania desse enorme contingente de trabalhadores faz-se necessário a interferência do Poder Público, promovendo alternativas de oferta de trabalho que proporcionem a continuidade de contribuição à Previdência Social neste último estágio antes da efetivação da aposentadoria.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 171

Autoria: Deputado Artagão Júnior

SÚMULA: Propõe a liberação do Estar nas áreas e horários de cultos religiosos.

Exmos. Srs. Prefeito Municipal de Curitiba e Diretor Presidente da URBS de Curitiba.

O Deputado Artagão Júnior dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que nos horários e dias de cultos religiosos seja liberada a utilização do Estar;

II - que a liberação se dê em ambas laterais da rua em frente ao templo religioso, com faixa de extensão de 100 m (cem metros).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.08.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 172

Autoria: Deputada Elza Correia

SÚMULA: Solicita providências visando a construção de um distrito policial na Zona Sul de Londrina.

Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública:

A Deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa, respeitosa-mente, para solicitar estudos visando a construção de um Distrito Policial na Zona Sul de Londrina, com destinação de recursos orçamentários e início das obras no próximo exercício.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.08.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Os moradores da Zona Sul se sentem desprovidos de proteção policial e, com justa razão, pleiteiam a construção de um Distrito Policial na região.

Ocorre que o atendimento policial à Zona Sul, é de responsabilidade do 4º Distrito, que está localizado na via

Expressa e, portanto, distante dos bairros mais populosos da região. Com isso a ação da Polícia para o atendimento das inúmeras ocorrências dali, fica prejudicada.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 173

Autoria: Deputada Elza Correia

SÚMULA: Solicita providências visando a fixação da tarifa mínima de água e esgoto comercial/industrial no mesmo valor da residencial. Especifica.

Exmos. Srs. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, e Stênio Jacob, Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Saneamento (Sanepar).

A Deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exas., em atendimento à reivindicação das Câmaras Municipais de Londrina e Rolândia, para solicitar providências visando a fixação da tarifa mínima de água e esgoto, cobrada dos estabelecimentos comerciais e industriais, no mesmo valor da residencial.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.08.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A tarifa mínima atual, cobrada em valor muito superior à residencial, onera sobremaneira as pequenas empresas e indústrias, prejudicando consideravelmente sua sustentabilidade.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 174

Autoria: Deputado Luiz Accorsi

SÚMULA: Propõe a transferência do município de Fênix da comarca de Engenheiro Beltrão para a comarca de Barbosa Ferraz.

Ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a transferência do município de Fênix da Comarca de Engenheiro Beltrão para a Comarca de Barbosa Ferraz.

II - A proposta baseia-se nos anseios do povo barbosense e solidários à população de Fênix, incluindo as autoridades constituídas, que apóiam a antiga reivindicação desses municípios, tendo em vista que a distância entre os municípios de Fênix e Barbosa Ferraz é de apenas treze quilômetros, enquanto que para Engenheiro Beltrão a distância é de 43 quilômetros.

III - Informamos, também, que a comunidade de Fênix é atendida pelas instituições como a Copel, Sanepar, Ciretran, Banco do Brasil e outras, em Barbosa Ferraz.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.08.05

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 175  
Autoria: Deputado Jocelito Canto

SÚMULA: Sugere na instalação de um Posto de Atendimento do Detran em todos os municípios do Estado do Paraná, que são sede de comarcas e possuem 4000 (quatro mil) ou mais veículos em circulação.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

01. A instalação de um Posto de Atendimento do Detran em todos os Municípios do Estado do Paraná que são sede de comarcas e possuem 4.000 (quatro mil) ou mais veículos em circulação.

02. O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para a implantação do objeto da presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.08.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 176  
Autoria: Deputado Artagão Júnior

SÚMULA: Dispõe sobre a proibição dos postos de gasolina inserirem a terceira casa decimal nas bombas de abastecimento.

Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil e  
Exma. Sra. Ministra das Minas e Energia:

O Deputado Estadual Artagão de Mattos Leão Júnior dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que seja vedada a inserção da terceira casa decimal dos centavos nos valores cobrados nas bombas dos postos de gasolina.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.08.05

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O Real, moeda brasileira, apresenta-se na forma de números inteiros, comportando o sistema centesimal para sua fração, os centavos, conforme prescreve o parágrafo segundo do artigo primeiro da Medida Provisória 542/94:

“Art. 1º A partir de 1º de julho de 1994, a unidade do Sistema Monetário Nacional passa a ser o Real (artigo 2º da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994), que terá curso legal em todo o território nacional.

§ 1º ...

§ 2º A centésima parte do Real, denominada centavo, será escrita sob a forma decimal, precedida da vírgula que segue a unidade.”

Há muito a prática dos postos de gasolina institui a cobrança de uma terceira casa decimal nos centavos, o que já se demonstra irregular, ficando, portanto, imposta através da presente, a sua vedação.

Tal vedação pode não representar um prejuízo em situações individuais, mas na coletividade, face os milhões de litros vendidos diariamente em todo o País e no Estado do Paraná, sujeita não só a população paranaense ao abuso e lucro indevido, mas demonstra um prejuízo ao erário público.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 177  
Autoria: Deputado Waldir Leite e outros

SÚMULA: Sugere o envio de expediente ao Governador do Estado solicitando a alteração do calendário escolar da região litorânea, região metropolitana e Capital do Estado.

Os Deputados que a presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vêm perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, REQUERER o envio de expediente ao Governador do Estado, solicitando a alteração do calendário escolar, sugerindo que as aulas só comecem no início de março na região do Litoral, Região Metropolitana e Capital do Estado, conforme justificativas na presente indicação.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.08.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O objetivo maior é aumentar a alta temporada turística, fazendo com que as aulas só comecem no início de março. Queremos, com essa medida, aumentar a geração de empregos e melhorar a economia das cidades do nosso litoral que, devido às barreiras ambientais que impedem a instalação de novas indústrias, vivem quase que exclusivamente do turismo. Além da geração de mais empregos, maior arrecadação para o Estado e País, a alteração no Calendário Escolar proporcionará um melhor rendimento aos nossos estudantes, que tradicionalmente têm que enfrentar salas de aula sufocantes com as altas temperaturas registradas no mês de fevereiro.

O adiamento do início das aulas traz benefícios a todos, aos turistas, que vão poder desfrutar de dois meses de férias, e não apenas um. Com o início das aulas no começo de fevereiro, como acontece atualmente, as aulas nesse período levam também a uma busca em massa por vagas, passagens e roteiros no mês de janeiro, o que faz com que as cidades turísticas fiquem lotadas e a qualidade dos serviços prestados diminua consideravelmente.

Da maneira como está, o serviço prestado aos veranistas deixa muito a desejar.

Além dessa corrida muito forte em janeiro, os turistas ainda enfrentam a absurda alta de preços devido ao aumento da demanda. Com o adiamento do início das aulas, as férias ficariam distribuídas em dois meses, o que com certeza iria aliviar a pressão sobre o mês de janeiro e o final do mês de dezembro.

É importante salientar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê que o calendário escolar poderá ser adequado às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino. Basta manter a carga horária de 200 dias letivos ou 800 horas/aula ao ano.

Lembramos ainda que, essa proposta não favorece apenas os municípios com vocação turística, mas sim aos cidadãos paranaenses que poderão aproveitar mais as opções de lazer em suas próprias cidades.

Estamos convictos que, para que possamos melhorar o ensino em nosso País, as aulas deverão iniciar no começo do mês de março. Se assim o for com toda certeza ampliaremos as nossas férias, haverá mais empregos, aumentarão justamente os gastos, as cidades poderão trazer mais turistas e todos sairão ganhando. Não podemos esquecer também, que a região litorânea possui um dos mais baixos IDH's do País e, ultimamente, foi mais uma vez prejudicada com esse acidente ocorrido no dia 15, que colocou em risco sua fauna e flora, o que afasta ainda mais os turistas de nossas cidades. Necessitamos, pois, de medidas efetivas para reverter essa triste realidade.

A proposta de alterar o Calendário Escolar tem apoio de todo comércio litorâneo, instituições organizadas e encontra respaldo também nos novos Prefeitos eleitos, porque o litoral paranaense, na alta temporada, abriga a população de todas as regiões do Paraná. Nossas cidades não podem ficar estagnadas porque as coisas "sempre foram assim". É hora de ousar mais para mudar uma realidade que aflige diretamente cerca de 300 mil pessoas. É necessário que haja mobilização, conscientização e vontade política para garantir o desenvolvimento, emprego e renda de nossa gente.

De nossa parte já encaminhamos ofícios aos Núcleos Regionais de Educação de Curitiba, Litoral, Região Metropolitana Área Sul, Região Metropolitana Área Norte e também à Secretaria Estadual de Educação. Temos certeza que o Governo do Paraná, assim como esta Casa, não medirá esforços para transformar essa realidade e fazer prevalecer a vontade dos municípios litorâneos. Não podemos esquecer também que o nosso litoral transforma-se, na alta temporada, na "vitrine" do Paraná, abrigando paranaenses de todos os cantos e turistas do Brasil e exterior.

Ao finalizar, voltamos a defender uma ampla discussão para que o nosso Calendário Escolar seja alterado já a partir do ano que vem. Estudos preliminares indicam que o início das aulas em março não alterará o número de aulas previsto na Constituição Federal, não sendo neces-

sária também a realização de aulas todos os sábados. A única alteração que ocorreria seria a diminuição nas férias de julho.

Essa proposta também está ecoando no Senado Federal. Alguns Senadores querem igualmente unificar o Calendário Escolar em todo País, sinal de que não estamos sozinhos nesta importante luta. O litoral do Paraná, na verdade, é uma região que abriga todos os paranaenses na alta temporada. Por isso, pedimos apoio aos demais Deputados a esse projeto que, inicialmente, pretende alterar o Calendário Escolar no litoral, em Curitiba e região metropolitana. Com o tempo, a idéia é estendê-lo aos 399 municípios de nosso Estado.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 178

Autoria: Deputado Mauro Moraes

**SÚMULA:** Solicita ao Poder Executivo a contratação de três mil policiais militares para compor o efetivo da Polícia Militar do Paraná.

Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião, para que envie mensagem a esta Casa Legislativa, nos seguintes termos:

Art. 1º Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar três mil policiais militares para compor o quadro efetivo da Polícia Militar do Paraná.

Art. 2º As despesas provenientes desta aplicação correrão à conta de dotações próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar.

Art. 3º Esta indicação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.08.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 179

Autoria: Deputado Barbosa Neto

**SÚMULA:** Sugere a instalação de um Posto Avançado do Corpo de Bombeiros na Zona Oeste de Londrina.

Ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública:

O Deputado Barbosa Neto dirige-se a V Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. A criação e instalação de um posto avançado do Corpo de Bombeiros na Zona Oeste de Londrina.

2. Mais de cinquenta bairros da Zona Oeste de Londrina concentram-se nessa região, com mais de 121.000 habitantes. O único posto da região tem que

atender outras 100.000 pessoas do outro lado da BR-369.

3. A transposição da rodovia dificulta o acesso dos bombeiros à região onde propomos a instalação do posto do Corpo de Bombeiros, que deverá ser instalado em local estratégico, para atender à população com mais agilidade.

4. Lembramos também que na região fica o pool de combustíveis, com cerca de cinco grandes empresas que geram um alto risco de incêndios.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.08.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 180

Autoria: Deputado Jocelito Canto

SÚMULA: Requer a abertura pelo Governo do Estado, de concurso público para contratação, em caráter de urgência, de profissionais para atendimento no Instituto Médico Legal - IML, em todo o Estado do Paraná.

Exmo Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. A abertura, pelo Governo do Estado, de concurso público para contratação, em caráter de urgência, de profissionais para atendimento no Instituto Médico Legal - IML em todo o Estado do Paraná.

2. A abertura de licitação para compra de equipamentos e materiais de segurança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.08.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a relevância e o alto grau de complexidade dos serviços prestados pelo IML, que atende como Polícia Científica na área de Medicina Legal, fazendo perícias médico-legais em cadáveres, partes de corpos, ossadas completas ou não, e em pessoas vivas, além de exames complementares (laboratoriais) nas áreas de anatomia patológica, toxicologia, química legal e sexologia forense, requisitadas por autoridades policiais e judiciárias, necessárias ao esclarecimento dos processos policiais, judiciários e administrativos, é imprescindível que sejam tomadas providências urgentes para solucionar as graves deficiências de pessoal e equipamento na sede da Capital e nas do interior do Estado.

Diante do exposto, a aprovação da presente Indicação permitirá que o IML continue a atuar com a eficiência necessária, e para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 181

Autoria: Deputado Delegado Bradock

SÚMULA: Sugere a alteração do salário-referência de R\$ 228,41 para R\$ 300,00 aos professores universitários aposentados.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. A alteração do salário-referência de R\$ 228,41 para R\$ 300,00 aos professores universitários aposentados.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.08.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 182

Autoria: Deputado Delegado Bradock

SÚMULA: Sugere a criação do Quadro de Professor Sênior no Ensino Superior do Paraná com aproveitamento dos professores aposentados.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. A criação do Quadro de Professor Sênior no Ensino Superior do Paraná com aproveitamento dos professores aposentados.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.08.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 183

Autoria: Deputado Ratinho Júnior

SÚMULA: Sugere ao Exmo. Governador do Estado o envio de mensagem dispondo sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado do Paraná.

Exmo. Sr. Governador do Estado.

O Deputado Ratinho Júnior dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

A remessa à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná de anteprojeto de lei dispondo sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado do Paraná nos seguintes termos:

#### Capítulo I

##### Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta lei estabelece normas básicas de proteção e defesa do usuário dos serviços públicos prestados pelo Estado do Paraná.

§ 1º As normas desta lei visam a tutela dos direitos do usuário e aplicam-se aos serviços públicos prestados:

- a) pela Administração Pública direta, indireta e fundacional;
- b) pelos órgãos do Ministério Público, quando no desempenho de função administrativa;
- c) por particular, mediante concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato ou convênio.

§ 2º Esta lei se aplica aos particulares somente no que concerne ao serviço público delegado.

Art. 2º Periodicamente o Poder Executivo publicará e divulgará quadro geral dos serviços públicos prestados pelo Estado do Paraná, especificando os órgãos ou entidades responsáveis por sua realização.

Parágrafo Único. A periodicidade será, no mínimo, anual.

## **Capítulo II**

### **Dos Direitos dos Usuários**

#### **Seção I**

##### **Dos Direitos Básicos**

Art. 3º São direitos básicos do usuário:

- I - a informação;
- II - a qualidade na prestação do serviço;
- III - o controle adequado do serviço público.

#### **Seção II**

##### **Do Direito à Informação**

Art. 4º O usuário tem o direito de obter informações precisas sobre:

- I - o horário de funcionamento das unidades administrativas;
- II - o tipo de atividade exercida em cada órgão, sua localização exata e a indicação do responsável pelo atendimento ao público;
- III - os procedimentos para acesso a exames, formulários e outros dados necessários à prestação do serviço;
- IV - a autoridade ou o órgão encarregado de receber queixas, reclamações ou sugestões;
- V - a tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado;
- VI - as decisões proferidas e respectiva motivação, inclusive opiniões divergentes, constantes de processo administrativo em que figure como interessado.

§ 1º O direito à informação será sempre assegurado, salvo nas hipóteses de sigilo previstas na Constituição Federal.

§ 2º A notificação, a intimação ou o aviso relativo à decisão administrativa, que devam ser formalizados por meio de publicação no órgão oficial somente serão feitos a

partir do dia em que o respectivo processo estiver disponível para vista do interessado, na repartição competente.

Art. 5º Para assegurar o direito à informação previsto no artigo 4º, o prestador de serviço público deve oferecer aos usuários acesso a:

- I - atendimento pessoal, por telefone ou outra via eletrônica;
- II - informação computadorizada, sempre que possível;
- III - banco de dados referentes à estrutura dos prestadores de serviço;
- IV - informações demográficas e econômicas acaso existentes, inclusive mediante divulgação pelas redes públicas de comunicação;
- V - programa de informações, integrante do Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos, a que se refere o artigo 28;
- VI - minutas de contratos - padrão redigidas em termos claros, com caracteres ostensivos e legíveis, de fácil compreensão;
- VII - sistemas de comunicação visual adequados, com a utilização de cartazes, indicativos, roteiros, folhetos explicativos, crachás, além de outros;
- VIII - informações relativas à composição das taxas e tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos, recebendo o usuário, em tempo hábil, cobrança por meio de documento contendo os dados necessários à exata compreensão da extensão do serviço prestado;
- IX - banco de dados, do interesse público, contendo informações quanto a gastos, licitações e contratações, de modo a permitir acompanhamento e maior controle da utilização dos recursos públicos por parte do contribuinte.

#### **Seção III**

##### **Do Direito à Qualidade do Serviço**

Art. 6º O usuário faz jus à prestação de serviços públicos de boa qualidade.

Art. 7º O direito à qualidade do serviço exige dos agentes públicos e prestadores de serviço público:

- I - urbanidade e respeito no atendimento aos usuários do serviço;
- II - atendimento por ordem de chegada, assegurada prioridade a idosos, grávidas, doentes e deficientes físicos;
- III - igualdade de tratamento, vedado qualquer tipo de discriminação;
- IV - racionalização na prestação de serviços;
- V - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de exigências, obrigações, restrições a sanções não previstas em lei;
- VI - cumprimento de prazos e normas procedimentais;

VII - fixação e observância de horário e normas compatíveis com o bom atendimento do usuário;

VIII - adoção de medidas de proteção à saúde ou segurança dos usuários;

IX - autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade;

X - manutenção de instalações limpas, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço ou atendimento;

XI - observância dos Códigos de Ética aplicáveis às várias categorias de agentes públicos.

Parágrafo Único. O planejamento e o desenvolvimento de programas de capacitação gerencial e tecnológica, na área de recursos humanos, aliados à utilização de equipamentos modernos, são indispensáveis à boa qualidade do serviço público.

#### **Seção IV**

##### **Do Direito ao Controle Adequado do Serviço**

Art. 8º O usuário tem direito ao controle adequado do serviço.

§ 1º Para assegurar o direito a que se refere este artigo, o chefe do Poder Executivo fica autorizado a instituir em todos os órgãos e entidades prestadores de serviços públicos no Estado do Paraná:

- a) Ouvidoria;
- b) Comissões de Ética;

§ 2º Serão incluídas nos contratos ou atos, que tenham por objeto a delegação, a qualquer título, dos serviços públicos a que se refere esta lei, cláusulas ou condições específicas que assegurem a aplicação do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 9º Compete à Ouvidoria avaliar a procedência de sugestões, reclamações e denúncias e encaminhá-la às autoridades competentes, inclusive à Comissão de Ética, visando a:

- I - melhoria dos serviços públicos;
- II - correção de erros, omissões, desvios ou abusos na prestação dos serviços públicos;
- III - apuração de atos de improbidade e de ilícitos administrativos;
- IV - prevenção e correção de atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos nesta lei;
- V - proteção dos direitos dos usuários;
- VI - garantia da qualidade dos serviços prestados.

Parágrafo Único. As Ouvidorias apresentarão à autoridade superior, que encaminhará ao governador, relatório semestral de suas atividades, acompanhado de sugestões para aprimoramento do serviço público.

Art. 10. Cabe às Comissões de Ética, conhecer das consultas, denúncias e representações formuladas contra

o servidor público, por infringência a princípio ou norma ético-profissional, adotando as providências cabíveis.

#### **Capítulo III**

##### **Do Processo Administrativo**

##### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

Art. 11. Os prestadores de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem ao usuário, a terceiros e, quando for o caso, ao Poder Público, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 12. O processo administrativo para apuração de ato ofensivo e normas desta lei compreende três fases: instauração, instrução e decisão.

Art. 13. Os procedimentos administrativos advindos da presente lei serão impulsionados e instruídos de ofício e observarão os princípios da igualdade, do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da celeridade, da economia, da proporcionalidade dos meios aos fins, da razoabilidade e da boa-fé.

Art. 14. Todos os atos administrativos dos processos terão forma escrita, com registro em banco de dados próprio, indicando a data e o local de sua emissão e contendo a assinatura do agente público responsável.

Art. 15. Serão observados os seguintes prazos no processo administrativo, quando outros não forem estabelecidos em lei:

I - 2 (dois) dias, para autuação, juntada aos autos de quaisquer elementos e outras providências de simples expediente;

II - 4 (quatro) dias, para efetivação de notificação ou intimação pessoal;

III - 5 (cinco) dias, para elaboração de informe sem caráter técnico;

IV - 15 (quinze) dias, para elaboração de pareceres, perícias e informes técnicos, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias a critério da autoridade superior, mediante pedido fundamentado;

V - 5 (cinco) dias, para decisões no curso do processo;

VI - 15 (quinze) dias, a contar do término da instrução, para decisão final;

VII - 10 (dez) dias, para manifestação em geral do usuário ou providências a seu cargo.

##### **Seção II**

##### **Da Instauração**

Art. 16. O processo administrativo será instaurado de ofício ou mediante representação de qualquer usuário

de serviço público, bem como dos órgãos ou entidades de defesa do consumidor.

Art. 17. A instauração do processo por iniciativa da Administração far-se-á por ato devidamente fundamentado.

Art. 18. O requerimento será dirigido à Ouvidoria do órgão ou entidade responsável pela infração, devendo conter:

I - a identificação do denunciante ou de quem o representante;

II - o domicílio do denunciante ou local para recebimento de comunicações;

III - informações sobre o fato e sua autoria;

IV - indicação das provas de que tenha conhecimento;

V - data e assinatura do denunciante.

§ 1º O requerimento verbal deverá ser reduzido a termo.

§ 2º Os prestadores de serviço deverão colocar à disposição do usuário formulários simplificados e de fácil compreensão para a apresentação do requerimento previsto no *caput* deste artigo, contendo reclamações e sugestões, ficando facultado ao usuário a sua utilização.

Art. 19. Em nenhuma hipótese será recusado o protocolo de petição, reclamação ou representação formuladas nos termos desta lei, sob pena de responsabilidade do agente.

Art. 20. Será rejeitada, por decisão fundamentada, a representação manifestamente improcedente.

§ 1º Da rejeição caberá recursos no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação do denunciante ou seu representante.

§ 2º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir devidamente informado.

Art. 21. Durante a tramitação do processo é assegurado ao interessado:

I - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força da lei;

II - ter vista dos autos e obter cópia dos documentos nele contidos;

III - ter ciência da tramitação do processo e das decisões nele proferidas, inclusive da respectiva motivação e das opiniões divergentes;

IV - formular alegações e apresentar documentos, que, juntados aos autos, serão apreciados pelo órgão responsável pela apuração dos fatos.

### **Seção III** Da Instrução

Art. 22. Para a instrução do processo, a Administração atuará de ofício, sem prejuízo ao direito dos inte-

ressados de juntar documentos, requerer diligências e perícias.

Parágrafo Único. Os atos de instrução que exijam a atuação do interessado devem realizar-se do modo menos oneroso para este.

Art. 23. Serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, admitindo-se toda e qualquer forma de prova, salvo as obtidas por meios ilícitos.

Art. 24. Ao interessado e ao seu procurador é assegurado o direito de retirar os autos da repartição ou unidade administrativa, mediante a assinatura de recibo, durante o prazo para manifestação, salvo na hipótese de prazo comum.

Art. 25. Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, estes serão intimados para esse fim, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo Único. Quando a intimação for feita ao denunciante para fornecimento de informações ou de documentos necessários à apreciação e apuração da denúncia, o não atendimento implicará no arquivamento do processo, se de outro modo o órgão responsável pelo processo não puder obter os dados solicitados.

Art. 26. Concluída a instrução, os interessados terão o prazo de 10 (dez) dias para manifestação pessoal ou por meio de advogado.

### **Seção V** Da Decisão

Art. 27. O órgão responsável pela apuração de infração às normas desta lei deverá proferir a decisão que, conforme o caso, poderá determinar:

I - o arquivamento dos autos;

II - o encaminhamento dos autos aos órgãos competentes para apurar os ilícitos administrativo, civil e criminal, se for o caso;

III - a elaboração de sugestões para melhoria dos serviços públicos, correções de erros, omissões, desvios ou abusos na prestação dos serviços, prevenção e correção de atos e procedimentos incompatíveis com as normas desta lei, bem como proteção dos direitos dos usuários.

### **Capítulo IV** Das Sanções

Art. 28. A infração às normas desta lei sujeitará o servidor público às sanções previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná e nos regulamentos das



entidades da Administração direta e indireta, sem prejuízo de outras de natureza administrativa, civil ou penal.

Parágrafo Único. Para as entidades particulares delegatárias de serviço público, a qualquer título, as sanções aplicáveis são as previstas nos respectivos atos de delegação, com base na legislação vigente.

## **Capítulo V**

### **Do Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos**

Art. 29. Fica igualmente autorizada a instituição do Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos, que terá por objetivo criar e assegurar:

I - canal de comunicação direto entre os prestadores de serviços e os usuários, a fim de aferir o grau de satisfação destes últimos e estimular a apresentação de sugestões;

II - programa integral de informação para assegurar ao usuário o acompanhamento e fiscalização do serviço público;

III - programa de qualidade adequado, que garanta os direitos do usuário;

IV - programa de educação do usuário, compreendendo a elaboração de manuais informativos dos seus direitos, dos procedimentos disponíveis para o seu exercício e dos órgãos e endereços para apresentação de queixas e sugestões;

V - programa de racionalização e melhoria dos serviços públicos;

VI - mecanismos alternativos e informais de solução de conflitos, inclusive contemplando formas de liquidação de obrigações decorrentes de danos na prestação de serviços públicos;

VII - programa de incentivo à participação de associações e órgãos representativos de classes ou categorias profissionais para defesa dos associados;

VIII - programa de treinamento e valorização dos agentes públicos;

IX - programa de avaliação dos serviços públicos prestados.

§ 1º Os dados colhidos pelo canal de comunicações serão utilizados na realização do programa de informações, com o objetivo de tornar os serviços mais próximos da expectativa dos usuários.

§ 2º O Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos divulgará, anualmente, a lista de órgãos públicos contra os quais houve reclamações em relação à sua eficiência, indicando, a seguir, os resultados dos respectivos processos.

Art. 30. Integram o Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos:

I - as Ouvidorias;

II - as Comissões de Ética;

III - uma Comissão de Centralização das Informações dos Serviços Públicos do Estado do Paraná, com

representação dos usuários, que terá por finalidade sistematizar e controlar todas as informações relativas aos serviços especificados nesta lei, facilitando o acesso aos dados colhidos;

IV - os órgãos encarregados do desenvolvimento de programas de qualidade do serviço público.

Parágrafo Único. O Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos atuará de forma integrada com entidades representativas da sociedade civil.

## **Capítulo VI**

### **Das Disposições Transitórias**

Art. 31. As Comissões de Ética e as Ouvidorias terão sua composição definida em atos regulamentadores a serem baixados, em suas respectivas esferas administrativas, pelos chefes do Executivo e do Ministério Público, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta lei.

Art. 32. Até que seja instituída a Comissão de Centralização das Informações dos Serviços Públicos do Estado do Paraná, suas atribuições serão exercidas pela Ouvidoria do Estado.

Art. 33. A primeira publicação do quadro geral de serviços públicos prestados pelo Estado do Paraná deverá ser feita no prazo de 90 (noventa) dias, contados da vigência desta lei.

Art. 34. A implantação do programa de avaliação do serviço público será imediata, devendo ser apresentado o primeiro relatório no prazo de 6 (seis) meses, contados da vigência desta lei.

Art. 35. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.08.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Considerando que em um Estado democrático de direito, o papel do Legislativo é promover o bem-estar da população, assegurando-lhe o pleno exercício dos seus direitos.

Considerando que a prestação de serviços de qualidade, o acesso à informação e a ampliação dos mecanismos de controle e transparência na gestão do bem público devem ser incentivados e praticados para a defesa do cidadão e aperfeiçoamento do próprio processo democrático, é que propomos a nossos ilustres Pares, a instituição do Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos.

O Código de Defesa do Consumidor já traz um conjunto de preceitos e normas adequando o serviço público. Entretanto, é competência concorrente do Estado,

através do Legislativo, criar mecanismos internos de prestação de serviço de qualidade objetivando o atendimento do interesse público.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 184/2005

Autoria: Deputado Reni Pereira

SÚMULA: Sugere que a Secretaria de Estado da Fazenda realize estudos visando a criação de Inspetorias Especiais de Fiscalização e Controle do ICMS, conforme especifica.

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda:

O Deputado Reni Pereira dirige-se a V. Exa. expor e reivindicar o seguinte:

- A realização de estudos visando a criação na estrutura da Coordenação da Receita do Estado da Secretaria de Estado da Fazenda, de unidades administrativas especiais que poderiam ser chamadas de Inspetorias Especiais de Fiscalização e Controle do ICMS, junto ou próximas às zonas primárias existentes nos Municípios de Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu e Santa Helena.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em 05.09.05.

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

O comércio exterior tem ocupado, nos últimos anos, papel fundamental na economia nacional.

O acompanhamento da movimentação das mercadorias e serviços envolvidos em transações internacionais estão na órbita de competência da Receita Federal, entretanto, os Estados são afetados diretamente pelo comportamento dos contribuintes que demandam serviços públicos preliminares cujas estruturas nem sempre funcionam a contento. No Paraná existem quatro pontos de entradas e saídas de mercadorias em transações de comércio exterior, de fundamental importância para a balança comercial e, também para a arrecadação tributária paranaense, que são as zonas primárias de Curitiba, Foz do Iguaçu e Santa Helena.

As estruturas existentes, Agências de Rendas e Postos Fiscais, dedicam-se à prestação de serviços aos contribuintes de uma forma geral, sem a especialização e o cuidado que este tipo de atividade requer.

Entendemos que a criação de Inspetorias Especiais de Fiscalização e Controle do ICMS, com estrutura enxuta, porém especializada, poderá, de um lado, trazer agilidade e segurança aos contribuintes, e do outro lado, dar total e absoluto controle do Estado das transações realizadas e das suas conseqüências para a arrecadação estadual.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 185

Autoria: Deputado Ailton Araújo

SÚMULA: Sugere a criação de programa de incentivo aos produtores que substituam o plantio de fumo por outras culturas.

O Deputado Estadual abaixo assinado se dirige a esta Casa de Leis para sugerir a criação do Programa de Incentivo aos produtores que substituam o plantio de fumo por outras culturas no âmbito do Estado do Paraná, conforme o disposto a seguir:

1. Fica criado o Programa de Incentivo aos produtores que substituam o plantio de fumo por outras culturas.

2. Entre outros incentivos, constará do programa:

2.1. Orientação e assistência técnica por 03 (três) anos;

2.2. Fornecimento gratuito de sementes e insumos;

2.3. Financiamento especial com parcelamento de 24 (vinte e quatro) vezes e carência de 24 (vinte e quatro) meses.

Palácio “XIX de DEZEMBRO”, em 14.09.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Como já é sabido, o fumo é um dos grandes causadores de doenças de diversos tipos.

Estatísticas publicadas regularmente nos vários meios de comunicação comprovam que o tratamento de doenças causadas, direta e indiretamente, pelo tabagismo aumenta consideravelmente o custo da saúde pública, quando não leva o usuário a óbito.

A indicação em questão objetiva a criação de um programa de incentivos que motive os produtores de fumo a substituir essa cultura, por uma que não cause malefícios à população.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 186

Autoria: Deputado Reni Pereira

SÚMULA: sugere a criação e implantação do Curso de Farmácia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Exmo. Sr. Governador do Estado

O Deputado Chico Noroeste se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1º A criação e implantação do Curso de Farmácia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Palácio “XIX de DEZEMBRO”, em 20.09.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição como objetivo de realizar a vontade da população de Foz do

Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%).

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%).

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Farmácia, que na área das Ciências Biológicas, aparece como indicativo de 44,29% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares para a aprovação do presente projeto.

Autoria: Deputado Chico Noroeste

SÚMULA: Sugere a criação e implantação do Curso de Fisioterapia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1º A criação e implantação do Curso de Fisioterapia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 20.09.05.

(aa) HEMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariado (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica

(10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Fisioterapia, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 44,84% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais Pares para a aprovação do presente projeto.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 188

Autoria: Deputado Chico Noroeste

**SÚMULA:** Sugere a criação e implantação do Curso de Nutrição, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1º - A criação e implantação do Curso de Nutrição, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste.

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 20.09.05.

(aa) HEMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariado (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Nutrição, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 32,20% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais Pares para a aprovação do presente projeto.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 189

Autoria: Deputado Chico Noroeste

**SÚMULA:** Sugere a criação e implantação do Curso de Comércio Exterior, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1º - A criação e implantação do Curso de Comércio Exterior, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 27.09.05.

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário “Unioeste Rumo ao Século XXI”, com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciência Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Comércio Exterior, que na área das Ciências, aparece com o indicativo de 44,61% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais Pares para a aprovação do presente projeto.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 190

Autoria: Deputado Chico Noroeste

SÚMULA: Sugere a criação e implantação do Curso de Educação Física, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1º - A criação e implantação do Curso de Educação Física, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em 27.09.05.

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário “Unioeste Rumo ao Século XXI”, com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%),

Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Educação Física, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 41,18% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais Pares para a aprovação do presente projeto.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 191

Autoria: Deputado Chico Noroeste

**SÚMULA:** Sugere a criação e implantação do curso de Economia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Exmo. Sr. Governador do Estado.

O Deputado Chico Noroeste se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. a criação e implantação do Curso de Economia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.09.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariado (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Economia, que na área das Ciências Humanas, aparece com o indicativo de 34,03% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais Pares para a aprovação do presente projeto.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 192

Autoria: Deputado Chico Noroeste

**SÚMULA:** Sugere a criação e implantação do curso de Assistência Social, no campus de Foz do Iguaçu, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. a criação e implantação do Curso de Assistência Social, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.09.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariado (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Assistência Social.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais Pares para a aprovação do presente projeto.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 193

Autoria: Deputado Chico Noroeste

SÚMULA: Sugere a criação e implantação do curso de Jornalismo, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. a criação e implantação do Curso de Jornalismo, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.09.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Jornalismo, que na área das Ciências Humanas, aparece com o indicativo de 51,26% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais Pares para a aprovação do presente projeto.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 194

Autoria: Deputado Padre Paulo Campos

**SÚMULA:** Sugere a criação do Serviço de Assistência Religiosa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná - SAR/PM/CBM/PR e respectiva Capelania Militar, subordinado ao Comandante-Geral.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Padre Paulo Campos se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a criação do Serviço de Assistência Religiosa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná - SAR/PM/CBM/PR e respectiva Capelania Militar, subordinado ao comandante-geral;

II - o Serviço de Assistência Religiosa da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar - SAR/PM/CBM/PR é de

responsabilidade da Capelania Militar e teria por finalidade:

a) prestar assistência religiosa espiritual, assim como colaborar com a Corporação na formação cívica, moral e ética dos policiais e bombeiros militares e seus dependentes, dos servidores civis que desempenhas tarefas na Corporação e suas famílias, respeitando-se em qualquer situação, a liberdade de culto preconizada pela Constituição Federal;

b) participar das atividades educativas, em todas as suas fases, inclusive dos cursos de preparação e formação do policial e/ou bombeiro militar;

c) cooperar nas atividades de assistência e serviço social da Corporação, quando solicitado ou mediante proposta e planejamento de trabalho;

III - o SAR/PM/CB/PR funcionaria, prioritariamente, na sede do Comando Geral da Polícia e Bombeiros Militar do Estado do Paraná;

IV - o SAR/PM/CB/PR seria constituído por capelães policiais-militares, selecionados entre ministros religiosos pertencentes às denominações religiosas registradas no país, que não atentem contra a disciplina, a moral e as leis em vigor;

V - ficaria o Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná autorizado a instalar a Capelania Militar da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná que será constituída de oficiais capelães policiais bombeiros militares, selecionados mediante concurso público entre sacerdotes, pastores ou ministros, integrantes de denominações religiosas existentes no país;

VI - a Chefia da Capelania da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná seria exercida por oficial policial/bombeiro militar capelão mais antigo, designado pelo comandante-geral com a denominação de capelão-chefe, incumbindo-lhe dirigir, coordenar e fiscalizar a execução das atividades de assistência religiosa na Corporação;

a) havendo mais de um capelão no mesmo posto, a designação seria feita pelo comandante-geral;

VII - aos auxiliares integrantes da Secretaria da Capelania, além do conhecimento da legislação policial-militar no que concerne às suas atribuições, competiriam:

a) elaborar, sob orientação do capelão-chefe, o Programa Geral de Assistência Religiosa da Corporação e colaborar na sua execução;

b) manter atualizado o quadro de avisos da Capelania Militar acerca das atividades religiosas a serem desenvolvidas nos âmbitos interno e externo da Corporação;

c) confeccionar o Relatório Mensal das Atividades realizadas pela Capelania;

d) manter atualizada a relação das principais autoridades eclesiásticas do Estado;

e) zelar pela guarda dos Livros de Registro de Batismos, Casamentos, além de outros;



f) manter razoável estoque de Certidões de Batismo, Confirmação (1ª Comunhão) e de Casamentos;

VIII - ficaria o Poder Executivo autorizado a criar postos de oficiais capelães no quadro da Polícia Militar do Estado do Paraná, sendo que a necessidade e o preenchimento das vagas será constatada e realizada, proporcionalmente, segundo o número e adeptos das diversas denominações religiosas existentes na Corporação.

a) Um percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de adeptos das diversas denominações religiosas de cada Corporação, seria observado para o preenchimento das vagas de capelães PM/BM.

IX - No efetivo do Quadro de Oficiais Policiais/Bombeiros Militares Capelães, por postos, a ser fixado e distribuído, considerar-se-á uma chefia, uma sub-chefia e capelães de acordo com as exigências religiosas da Corporação.

a) Os capelães PM/BM prestarão serviços como oficiais da ativa, com todos os direitos, deveres e prerrogativas que lhes são inerentes.

X - Aos capelães PM/BM, além do conhecimento da legislação policial-militar no que concerne às suas atribuições eclesiásticas específicas, católica ou evangélica, teriam por competência:

a) orientar e dirigir os serviços religiosos das Unidades Policiais-Militares, mediante prévio contrato com os respectivos comandantes destas;

b) levar assistência religiosa às famílias de todos os integrantes da Corporação, como extensão dos serviços da Capelania Militar;

c) visitar, com frequência, os doentes da Corporação nas enfermarias ou hospitais, bem como os seus presos;

e) fazer-se presente sempre que necessário, a fim de atender aos diversos atos de seu ofício que lhe compete realizar, de acordo com as normas em vigor na Corporação;

f) fazer com que sua presença seja sempre agradável e confortadora nos momentos de angústia e apaziguadora nas situações de discórdia;

g) fazer-se presente, quando necessário, junto a seus assistidos, levando-lhes conforto e moral e auxílio espiritual;

h) contribuir para o bem-estar moral e disciplinar da tropa em geral;

i) estender a assistência religiosa às famílias dos oficiais, praças e funcionários civis, sem interferir nas atividades paroquiais locais;

j) colaborar para uma constante ambiência fraterna entre os integrantes da Corporação, independente de postos ou graduações;

l) ser compreensivo e caridoso para com os adeptos de outros credos, criando, em torno de si, um ambiente de cordialidade e de prestígio moral que facilite sua missão religiosa e espiritual;

m) manter espírito de iniciativa, criando idéias próprias sobre o desempenho de suas funções;

n) zelar para que o seu comportamento reflita o homem de Deus que é;

o) zelar para que cada integrante da Corporação seja um notório exemplo de respeito, compostura e dignidade para a comunidade local;

p) evocar cada policial-militar para que, durante sua árdua tarefa de manter a ordem e a tranquilidade pública, enalteçam o respeito e a dignidade humana;

q) coordenar e realizar as celebrações eucarísticas periódicas e em ocasiões festivas;

r) promover palestras sobre Educação Moral, Social e Religiosa para todos os policiais-militares na época de incorporação e nos cursos de formação, mediante prévio entendimento com seus respectivos organizadores;

s) coordenar e realizar Cursos de Preparação para os Sacramentos do Batismo, Confirmação (1ª Comunhão) e Matrimônio;

t) coordenar e realizar a celebração da Páscoa dos Militares;

u) coordenar e realizar as exéquias, quando solicitada, por ocasião do falecimento de algum integrante da PM/BM ou familiar;

v) coordenar e realizar as Cerimônias Litúrgicas, no âmbito da Corporação, com o apoio da Unidade Policial-Militar solicitante;

x) organizar encontros de grupos de estudos bíblicos, visando a formação do caráter moral e religioso.

XIX - Ao capelão-chefe caberá as providências necessárias para a publicação dos assuntos que julgar de interesse da Corporação, concernentes às atividades religiosas desenvolvidas pela Capelania Militar;

XII - aos capelães PM/BM seriam aplicadas as mesmas condições de uso de uniformes existentes para os oficiais da ativa.

a) Em cerimônias religiosas, os capelães PM teriam que trajar seus hábitos ou vestes eclesiásticas, mesmo no interior das Unidades Policiais-Militares.

XIII - O capelão PM/BM, em sua condição de não combatente, não seria obrigado a usar arma e nem tampouco poderá ser designado para serviço incompatível com o seu Ministério/Sacerdócio;

XIV - o capelão da PM/BM não poderia ser designado para serviços, exercícios ou atividades incompatíveis com a sua missão ou alheias ao seu ministério pastoral;

XV - ao capelão-chefe, além das atribuições inerentes a todos os capelães competeriam:

a) ser o conselheiro do comandante-geral e do chefe do Estado-Maior da Corporação, nos assuntos pertinentes à assistência religiosa;

b) acompanhar as autoridades eclesiásticas quando em visitas ao comandante-geral, a critério deste;

c) apresentar, ao comandante-geral, um relatório periódico das suas atividades;

d) responsabilizar-se pelo bem-estar dos integrantes da Capelania Militar;

e) participar de imediato, ao comandante-geral, acerca da gravidade de fatos que vierem a ocorrer dentro de sua área de competência;

f) responsabilizar-se pela execução da política estabelecida pelo comandante-geral e das diretrizes ao chefe do Estado-Maior.

XVI - Para o ingresso no quadro de oficiais capelães, além do previsto na alínea "a" do inciso XIII, seria exigido do candidato:

a) ser brasileiro nato;

b) submeter-se a concurso público de admissão no Quadro de capelães PM/BM;

c) possuir experiência pastoral comprovada por autoridade religiosa competente;

d) possuir curso de formação filosófico-teológico regular, em nível superior, reconhecido por autoridade religiosa e pelo MEC.

e) ter consentimento, por escrito, da autoridade maior de sua denominação religiosa;

f) ser julgado apto em inspeção de saúde.

XVII - Será considerado aprovado no concurso de admissão, o candidato que satisfizer todas as exigências constantes do respectivo edital.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.09.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Dizem os historiadores que desde a remota antiguidade, os romanos já marchavam nas suas conquistas com quatro corpos distintos de militares. Levavam engenheiros topográficos, médicos, historiadores e sacerdotes. O Brasil Império conheceu a assistência religiosa prestada a militares no Exército e na Marinha.

Com a proclamação da República e a criação do Estado leigo, não existiu mais a Capelania Militar de fato. Em 1944, quando o Brasil envia a FEB à Itália, novamente volta a figura da Capelania Militar, o que veio a concretizar-se, naquela oportunidade, com o envio à Itália de dois padres e dois pastores, um da Igreja Metodista e outro da Igreja Batista. A estruturação definitiva da Capelania Militar nas Forças Armadas, porém, só ocorreu após o ano de 1982.

Ninguém tem dúvida sobre o valor e a necessidade do atendimento e do tratamento médico e psicológico. Existe, porém, o entendimento de que certos problemas são de ordem espiritual e precisam ser tratados por pessoas preparadas e competentes para tal. Além de problemas rotineiros de ordem conjugal, familiar, de relacionamento com superiores, também existe o problema subjetivo de ordem emocional, muitas vezes consequência da árdua tarefa do policial militar. Todas essas situações que têm obviamente uma dimensão espiritual carecem da atenção de um especialista no assunto.

O pluralismo religioso caracteriza atualmente a nossa sociedade. Ainda que o catolicismo seja predominante no meio militar e no paramilitar, é uma realidade

que cada vez mais expressivo o número de oficiais e praças que se declaram também evangélicos ou não católicos. Por essa razão, o projeto preserva a necessária pluralidade da participação na capelania que ora se gera, por meio de concurso público aberto a todos os habilitados no curso de Teologia e de formação em qualquer uma dessas religiões.

Essa é uma experiência positiva já adotada em inúmeros países e repetida no Brasil, por meio da presença da Capelania Militar na Polícia Militar do Rio de Janeiro, de Pernambuco e do Distrito Federal, e demonstra a importância que a assistência religiosa tem para o ser humano.

Os benefícios da Capelania Militar são tão excelentes que não se pode sonegá-los às pessoas que, pela natureza de sua condição de trabalho, se vêem privadas da oportunidade e da regularidade muitas vezes desejadas, mas circunstancialmente limitadas. A palavra de Deus também precisa chegar livremente aos quartéis, aos hospitais militares e às prisões.

Neste sentido, solicitamos aos nobres Pares a aprovação da indicação em apreciação, que em suma visa prestar assistência religiosa e espiritual aos policiais e bombeiros militares do Estado, bem como atender os encargos relacionados com as atividades de educação moral e espiritual realizadas na Corporação, extensivo aos familiares, seus servidores civis e dependentes.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 195

Autoria: Deputado Reni Pereira

SÚMULA: Sugere que o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, institua gratificação de localidade especial aos policiais civis lotados em zonas de fronteira.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Reni Pereira dirige-se a V. Exa. para expor e sugerir o seguinte:

I - As atividades policiais desenvolvidas em zonas de fronteira diferenciam-se das demais ações de polícia, dadas as condições (quase sempre extremamente precárias) destas localidades e, também, da complexidade que o envolvimento de outros organismos públicos de fiscalização e controle trazem à atividade policial.

II - A exemplo do Decreto nº 4989 de 22.04.82, que concede a gratificação aos policiais militares que servem nas fronteiras, será de inteira justiça a concessão da mesma vantagem aos policiais civis em idênticas condições, especialmente da região de Foz do Iguaçu.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.09.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 196

Autoria: Deputado Reni Pereira

SÚMULA: Sugere a alteração do Regulamento do ICMS no que tange à tributação do feijão no Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sugere ao Chefe do Poder Executivo Estadual elaborar e publicar um Decreto, na forma do artigo 87, V, da Constituição Estadual, que contemple a seguinte questão:

Seja alterado o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 5141, de 12 de dezembro de 2001, para introduzir normas no sentido de elevar a alíquota interna do ICMS sobre o feijão para 12% (doze por cento) e manter a mesma alíquota interestadual em 12% (doze por cento) e, em contrapartida, oferecer um crédito-presumido de 10% (dez por cento) nas operações internas e interestaduais, de tal forma que a carga tributária líquida caia para 2% (dois por cento), no mesmo nível dos demais Estados produtores.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.10.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem uma produção anual de 660.000 (seiscentos e sessenta mil) toneladas e até o ano de 2003 foi o maior produtor nacional de feijão, porém nos últimos anos foi suplantado pelo Estado de Minas Gerais.

Desta produção, cerca de 42% (quarenta e dois por cento) é consumido no Estado, enquanto mais da metade é destinada para outros estados, notadamente Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

No Estado do Paraná o feijão é tributado com uma alíquota de 7% (sete por cento) na operação interna e de 12% (doze por cento) na operação interestadual, no entanto, a redução da carga tributária nos principais estados produtores está ensejando perda de competitividade da produção paranaense.

Mas esta perda de competitividade está causando uma falta de transparência na cadeia produtiva, gerada pela sonegação, uma vez que há muita informalidade do setor e a produção paranaense está sendo comercializada como se fosse produção de outros estados. Isto inclusive é a causa do desinteresse das cooperativas comercializar feijão e desmotivando a existência de cooperativas específicas e perda de inovação tecnológica na produção do feijão no Estado do Paraná.

Este problema deverá ser urgentemente enfrentado pelo Governo do Estado e para tanto, sugere-se a alteração da carga tributária líquida, para equiparar aos demais estados produtores, o que não importará em perda de receita, mas ao contrário, vez que combaterá automaticamente a sonegação, bem como incentivará a produção desta cultura, que tem significativa importância na agricultura familiar, tanto na mão-de-obra, como na produção

de renda, pois, segundo o último senso, era de 154.000 (cento e cinquenta e quatro mil) produtores.

Ademais, a medida provocará a redução do preço do produto ao consumidor paranaense.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 197

Autoria: Deputado Chico Noroeste

SÚMULA: Sugere a criação e implantação do Curso de Medicina no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a criação e implantação do Curso de Medicina, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.10.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito (com 72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariado (30,48%).

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%).

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia

(56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Medicina, que na área das Ciências Biológicas aparece com o indicativo de 68,62% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares para a aprovação da presente indicação.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 198

Autoria: Deputado Chico Noroeste

**SÚMULA:** Sugere a criação e implantação do Curso de Odontologia no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a criação e implantação do Curso de Odontologia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Palácio 'XIX DE DEZEMBRO', em 04.10.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o

objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito (com 72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariado (30,48%).

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%).

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Odontologia, que na área das Ciências Biológicas aparece com o indicativo de 56,51% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares para a aprovação da presente indicação.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 199

Autoria: Deputado Chico Noroeste

**SUMULA:** Sugere a criação e implantação do Curso de Arquitetura, no campus de Foz do Iguaçu.

çu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a criação e implantação do Curso de Arquitetura, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Palácio 'XIX DE DEZEMBRO', em 17.10.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito (com 72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%).

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%).

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Arquitetura, que na área das Ciências Exatas, aparece com o indicativo de 38,80% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares para a aprovação da presente indicação.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 200

Autoria: Deputado Padre Paulo Campos

SÚMULA: Sugere a obrigatoriedade da exibição de filme publicitário educativo esclarecendo as consequências do uso de drogas, antes de cada sessão principal, em todos os cinemas do Estado do Paraná.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Padre Paulo Campos dirige-se a V. Exa. para expor e sugerir o que segue:

I - Sugere-se que todos os cinemas do Estado do Paraná, sejam obrigados a exibir, antes de todas as sessões principais, 01 (um) filme publicitário educativo, esclarecendo as consequências do uso de drogas, do álcool, do tabaco e de outras substâncias nocivas à saúde.

II - Sugere-se que esse filme publicitário educativo, seja elaborado por 01 (uma) equipe multidisciplinar de servidores das seguintes Secretarias do Estado: da Saúde, da Educação e da Justiça.

Palácio 'XIX DE DEZEMBRO', em 17.10.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado de Justiça tem lançado campanha de prevenção ao uso de entorpecentes, com a realização de atividades antidrogas, a qual será expandida a jovens de todo o Estado do Paraná.

O crescimento do consumo de drogas é assunto que preocupa a todas as camadas da sociedade brasileira, extrapolando a família e os setores do Estado voltados para o problema.

O perigo do uso de drogas e suas consequências rondam a todos. O problema das drogas atinge principalmente os adolescentes menos experientes - presas mais fáceis desse verdadeiro flagelo moderno.

É por isso que, mais do que nunca, é fundamental travar a batalha da informação e do esclarecimento sobre o uso de drogas.

De acordo com as estatísticas da Pastoral da Sobriedade da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, os fatores que mais contribuem com o uso de entorpecentes estão a insegurança natural da idade, as referências familiares, alteradas em função da desagregação social e econômica, a influência de outros jovens sem orientação e a desinformação e deseducação.

Do ponto de vista da Saúde Pública, álcool e tabaco representam os principais problemas. Apesar disso, o consumo de drogas outras que não o álcool e o tabaco, aumentou na grande maioria das cidades brasileiras.

Em pesquisa do Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas - Cebrid, sobre o consumo de drogas entre jovens de 10 (dez) regiões brasileiras, coloca Curitiba entre os primeiros lugares no consumo de drogas entre jovens na faixa etária de 17 e 18 anos.

De acordo com o levantamento, os jovens que vivem na Região Metropolitana de Curitiba consomem mais álcool, crack, maconha, cocaína cheirada e anfetamina do que aqueles que moram em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Preocupados com formas preventivas, visando à não-proliferação do uso de drogas e considerando o cinema um meio de comunicação que, por abranger pessoas de diversas idades e camadas sociais, deve ser aproveitado como instrumento de campanhas educativas, razão pela qual apresenta-se a presente sugestão.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 201

Autoria: Deputado Hermas Brandão

**SÚMULA:** Indica ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a adoção de medidas no sentido de criação de Varas Especializadas em Crimes de Racismo e Discriminação.

Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

O Deputado Hermas Brandão vem, através da presente, expor e reivindicar o seguinte:

I - Indica ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a adoção de medidas no sentido de criação de Varas Especializadas em Crimes de Racismo e Discriminação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.10.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição legislativa é resultado de um amplo debate ocorrido na data de hoje, 04 de outubro de 2005, no plenário desta Assembléia Legislativa, que

em audiência pública reuniu diversas entidades ligadas ao tema discriminação e racismo no âmbito estadual, nacional e internacional.

Os motivos que justificam a presente propositura são amplamente explicitados no documento anexo, de autoria do IBAF - Instituto Brasil & África e IPAD - Instituto de Pesquisa da Afro Descendência.

Neste sentido, conclamo todos os nobres Pares desta Casa de Leis a proceder o devido apoio à indicação legislativa que ora apresentamos.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 202

Autoria: Deputado Hermas Brandão

**SÚMULA:** Sugere a adoção das medidas necessárias no sentido da criação da Delegacia Especializada de Crimes de Racismo e de Discriminação, em todas as regiões do Estado do Paraná.

Exmo. Sr. Governador:

O Deputado Hermas Brandão vem, através da presente, expor e reivindicar o seguinte:

I - a adoção das medidas necessárias no sentido da criação da Delegacia Especializada de Crimes de Racismo e de Discriminação, em todas as regiões do Estado do Paraná.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.10.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição legislativa é resultado de um amplo debate ocorrido na data de hoje, 04 de outubro de 2005, no plenário desta Assembléia Legislativa, que em audiência pública reuniu diversas entidades ligadas ao tema discriminação e racismo no âmbito estadual, nacional e internacional.

Os motivos que justificam a presente propositura são amplamente explicitados no documento anexo, de autoria do IBAF - Instituto Brasil & África e IPAD - Instituto de Pesquisa da Afro Descendência.

Neste sentido, conclamo todos os nobres Pares desta Casa de Leis a proceder o devido apoio à indicação legislativa que ora apresentamos.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 203

Autoria: Deputado Chico Noroeste

**SÚMULA:** Sugere a criação e implantação do Curso de Veterinária no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a criação e implantação do Curso de Veterinária no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDI CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito (com 72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%).

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%).

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguido em preferência pelos cursos de Ciência da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito

pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Veterinária, que na área das Ciências Biológicas aparece com o indicativo de 40,08% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares para a aprovação da presente indicação.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 204

Autoria: Deputado Elio Rusch

SÚMULA: Sugere exclusão de produtos do regime de substituição tributária.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Elio Rusch, adiante assinado, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

O Sistema de Cobrança Antecipada do ICMS, por Substituição Tributária, não obstante retirar parcela significativa do capital de giro das empresas, em face do pagamento antecipado do imposto das operações subsequentes das empresas, tem-se revelado um importante instrumento para redução da sonegação fiscal e da concorrência desleal.

Ocorre, no entanto que tratando-se de um imposto de competência das unidades da Federação, como é o caso do ICMS, o perfeito funcionamento do regime de tributação por substituição tributária, depende de uniformidade de tratamento tributário, sob pena de acarretar prejuízos irreparáveis, tanto para a Fazenda Pública, quanto para os contribuintes.

A falta de uniformidade do sistema de cobrança dos impostos, como se sabe, potencializa os riscos de sonegação fiscal e favorece o chamado "planejamento tributário" apoiado pela política predatória de atração de empreendimentos econômicos em curso em várias unidades da Federação, a exemplo de Santa Catarina onde existe regime especial, cobrando-se antecipadamente na barreira quando da entrada de produtos via atacadistas distribuidores do Paraná.

No quadro a seguir, a iniciativa do Paraná enquadrando os tópicos na condição de substituição tributária e não acompanhado dos Estados de Santa Catarina e São Paulo, tem favorecido o ingresso em nosso Estado, de produtos procedentes daquelas unidades da Federação, sem o recolhimento do imposto das operações subse-

qüentes. Principalmente nas vendas aos estabelecimentos varejistas, enquadrados no Simples/PR.

### ESTADOS

PRODUTOS	SÃO PAULO	SANTA CATARINA	PARANÁ	CÓDIGO
Lâmpadas	Não	Não	Sim	85393100
Pilha	Não	Não	Sim	85061010
Isqueiro	Não	Não	Sim	96131000
Apar. de Barbear	Não	Não	Sim	82121020
Bateria	Não	Não	Sim	85061030
Lâm. de Barbear	Não	Não	Sim	82122010
Ceras	Sim	Sim	Sim	34052000
Lustra Móveis	Sim	Sim	Sim	34052000

Diante do exposto, se faz necessária a exclusão desses produtos do regime de Substituição Tributária, voltando os mesmos para a conta gráfica, para que as empresas atacadistas distribuidoras paranaenses, possam recuperar as vendas perdidas e o nosso Estado do Paraná, a devida receita tributária.

Para tanto, rogamos a exclusão do regime de Substituição Tributária, enquanto perdurar o atual regime de tributação nos Estados de Santa Catarina e São Paulo, dos produtos arrolados no presente.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem como objetivo a exclusão dos produtos acima arrolados do regime de Substituição Tributária, voltando os mesmos para a conta gráfica. Não se trata de um regime especial, mas tão somente um tratamento igual para os Estados confrontantes.

Diversos Estados da Federação continuam adotando medidas em benefício do segmento atacadista distribuidor, elevando o seu poder de competitividade, dentro e fora de seus respectivos Estados, os quais podemos citar principalmente Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, que nos afetam diretamente, no caso da Substituição Tributária, pois o Paraná perde até nas licitações públicas para a compra de lâmpadas por parte das Prefeituras e Órgãos Públicos, além de os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul editarem decreto inconstitucional, exigindo que as vendas feitas para aqueles Estados, por empresas paranaenses, efetuem o recolhimento do ICMS na barreira, na entrada de seu Estado.

Desta forma, espero contar com o devido apoio dos nobres Parlamentares com assento nesta Casa de Leis.

### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 205

Autoria: Deputado Barbosa Neto

SÚMULA: Sugere a criação e implantação da Farmácia do Servidor Público do Estado do Paraná.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Barbosa Neto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

01 - A criação e implantação da Farmácia do Servidor Público do Estado do Paraná.

02 - Esta farmácia oferecerá medicamentos a preço de custo a todos os servidores do Estado.

03 - Os valores referentes aos medicamentos serão descontados na folha de pagamento do servidor. Caso a compra supere a 10% do salário do servidor, os valores poderão ser parcelados.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19.10.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Devido ao alto custo dos remédios, a população tem enfrentado dificuldades em adquiri-los e a cada dia fica mais difícil para os paranaenses realizarem tratamentos de saúde com os medicamentos indicados pelos médicos.

A Farmácia do Servidor Público no Estado do Paraná oferecerá ao servidor medicamentos a preço de custo, o que reduz uma média de 30% (trinta por cento) os valores a serem pagos.

Esta indicação sugere que os valores referentes aos medicamentos sejam descontados na folha de pagamento dos servidores, havendo inclusive a possibilidade de parcelamento, dependendo do valor, o que facilita o acesso e diminui a dificuldade desses cidadãos em realizar tratamento de saúde.

### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 206

Autoria: Deputado Natálio Stica

SÚMULA: Propõe ao Governo do Paraná a aquisição de estoque do medicamento contra a gripe aviária, garantindo um estoque para 25% da população paranaense.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Natálio Stica, se dirige a V. Exa. para sugerir, propor, e expor o seguinte:

1 - Sugere-se ao Poder Executivo que promova as medidas urgentes e necessárias para que o Estado do Paraná se prepare para a possível contaminação da população aviária do Estado do Paraná, pelo vírus da gripe aviária (H5).



2 - Que o Estado do Paraná também promova as ações necessárias no sentido de estocar e garantir medicamento suficiente para atender a uma possível pandemia de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde) os estados devem ter estocados 25% do medicamento antiviral.

Atualmente o único antiviral conhecido contra o vírus H5N1, transmissível das aves para os homens, é o Tamiflu. Assim solicita-se ao Governo Estadual a aquisição desse medicamento.

3 - Sendo conhecido apenas um medicamento para combater o vírus, sugere-se, ainda, que o Estado do Paraná, por meio de seus institutos de pesquisas, em especial as universidades estaduais, promovam pesquisas médicas e farmacológicas sobre a gripe aviária.

Sugerindo, ainda, que para isso sejam esses institutos municiados com dotações complementares do orçamento para a execução desse fim.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.10.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente o vírus H5N1, um dos propagadores da gripe aviária, é transmitido apenas de aves para humanos, no entanto, a Organização Mundial da Saúde teme que o vírus sofra mutações e passe a ser transmitido entre humanos. Preocupada com essa possibilidade, está alertando para os riscos de a gripe aviária ser a responsável por uma próxima pandemia, por isso, sugere aos estados que preparem um estoque do medicamento antigripal Tamiflu, para que possam deter o vírus e responder rapidamente quando se registrarem os primeiros surtos dessa possível pandemia.

O medicamento Tamiflu, do laboratório Roche é hoje o único antiviral eficaz contra a influenza aviária. Razão pela qual, essa indicação legislativa propõe ao Estado do Paraná pesquisas farmacológicas e médicas para a prevenção e tratamento dessa grave doença. De acordo com o próprio laboratório, está sendo estudada a ampliação da produção para atender a todas as demandas, mas governos que deixarem essa decisão para depois de iniciada a pandemia não terão medicamento disponível para sua população.

A sugestão dada pela OMS é que cada Estado seja capaz de atender com os medicamentos, ao menos 25% de sua população. Por essas razões essa indicação legislativa solicita ao Governo a aquisição, em caráter emergencial, do medicamento mencionado, ação esta que já está sendo realizada pelo Governo do Presidente Lula.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 207

Autoria: Deputado Padre Paulo Campos

SÚMULA: Sugere-se que seja substituída a denominação do termo “aluno” por “educando”, em todos os registros e documentos do Setor de Edu-

cação Estadual e dos Municípios do Estado do Paraná.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Estadual Padre Paulo Campos que esta subscreve, dirige-se a V. Exa. para expor e sugerir o que segue:

I - sugere-se que seja substituída a denominação do termo “aluno” por “educando”, em todos os registros e documentos do Setor de Educação Estadual e dos Municípios do Estado do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.10.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela, tem por objetivo substituir o termo “aluno” por “educando”, em todos os registros, documentos e na sua denominação pelo Setor de Educação Pública dos Municípios e do Estado do Paraná.

O termo “aluno” ingressou na língua portuguesa no ano de 1572, conforme fontes de datação e etimologia (A. G. Cunha, Índice Analítico do Vocabulário de “Os Lusíadas”, 1572, 1ª edição, 3º volume, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966).

O conceito de “aluno” é: “pessoa de parco saber em determinada matéria, ciência ou arte e que precisa de orientação e ensino”, conforme dicionário (Houaiss, Antonio. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 173).

A palavra *alumnu*, que vem do latim, significa “sem luz”, o que torna o uso contínuo do termo “aluno”, pejorativo e depreciativo, não só pelos professores da área educacional, mas também, pelos “educandos” para-anaenses.

Já o conceito latinizado de *alumnu*, significa “criança do peito”, conforme fontes de datação e etimologia (Dicionário Escolar Latim-Português. Org. Ernesto Faria. 2ª ed. Manual da Educação e Cultura: Rio de Janeiro, 1956, p. 61. (Cícero Verrinas)

Só o uso do termo “aluno” não reflete, nos dias de hoje, o que realmente pretende expressar, pois pessoas que estudam em cursos de graduação e pós-graduação, já não são mais consideradas alunos, mas sim universitárias, o que enfraquece ainda mais o seu uso no meio acadêmico.

Nos dias de hoje, o uso da palavra “aluno”, passa a conotação social que apenas engloba crianças e no máximo os jovens que estudam até o segundo grau.

O termo “educando” originou-se do latim *educandu*, e seu conceito é “aquele que está sendo educado”, conforme o dicionário (Houaiss, Antonio. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 1101).

A palavra “educando” ingressou na língua portuguesa muito depois de “aluno” somente no ano de 1813, conforme fontes de datação e etimologia (RB - Rafael

Bluteau, Vocabulário Português e Latino, vol. 8, Coimbra, 1712).

O Dr. Paulo Freire, um dos maiores educadores brasileiros com reconhecimento internacional de seus trabalhos educacionais, é o precursor em utilizar o termo “educando” e não “aluno”, conforme documentação complementar em anexo.

A mudança ora pretendida, veio como clamor de pais, “educandos” municipais e estaduais, professores municipais e estaduais, bem como os órgãos de classes dos pais e professores deste Estado. Atualmente, em todas as áreas educacionais deste país, já é utilizado pela maioria esmagadora dos professores municipais e estaduais, o “educando” em vez de “aluno”.

São esses os motivos de ordem histórica, social, cultural e educacional, pelos quais sugere-se a substituição do termo “aluno” por “educando”.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 208

Autoria: Deputado Artagão Júnior

SÚMULA: Propõe a estadualização da estrada que liga o município de Cantagalo ao entroncamento do município de Goioxim, com aproximadamente 23 quilômetros.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva; e Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi.

O Deputado Estadual do Paraná Artagão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue:

I - a estadualização da estrada que liga o município de Cantagalo ao entroncamento do município de Goioxim, com aproximadamente 23 quilômetros.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

A incidência de tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região, acarreta um desgaste excessivo na malha rodoviária e em especial neste trecho. Conseqüentemente a pavimentação do referido trecho irá melhorar o escoamento da produção, beneficiando a muitos municípios.

A conservação pelo DER - Departamento de Estradas de Rodagem destes 23 quilômetros de extensão, aliviará os gastos municipais cujos recursos estão aquém do ônus gerado para sua manutenção.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada, toda a malha rodoviária restante da região será beneficiada.

Assim, as localidades possuirão um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 209

Autoria: Deputado Padre Paulo Campos

SÚMULA: Sugere a criação do Programa “Jornal Escola, Exercício da Cidadania”, nas Escolas Estaduais do Estado do Paraná.

Exmo. Sr. Governador do Estado.

O Deputado Padre Paulo Campos dirige-se a V. Exa. para sugerir e expor o que se segue:

I - sugere-se que seja criado o Programa Jornal Escola, Exercício da Cidadania, para leitura de jornais e revistas em sala de aula, sob coordenação e orientação da Secretaria da Educação do Estado do Paraná;

II - que o programa tenha como objetivo:

- a) a formação do hábito de leitura;
- b) a convivência com o pluralismo de idéias;
- c) o estímulo do senso crítico;

d) o conhecimento de assuntos que dizem respeito ao desenvolvimento da sociedade e o bem-estar coletivo do indivíduo, suas histórias e tradições, direitos e deveres, necessidades e aspirações, que resultam no estímulo e preparo para a participação coletiva;

e) a vivência cultural e dos processos científicos e tecnológicos;

III - que as empresas privadas que desejarem participar do programa devem fazer gratuita e voluntariamente, arcando com o deslocamento de seus funcionários para proferir palestras e debates, bem como com o material de apoio a ser distribuído aos educandos;

IV - sugere-se por fim, que as despesas provenientes da aplicação do programa corram por conta da dotação orçamentária da Secretaria da Educação do Estado.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.10.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Os meios de comunicação de massa (jornais, rádios, televisão, internet) têm grande poder de influência sobre crianças, jovens e adultos, conforme vários estudos apontam.

Além disso, a informação passa a ser instrumento fundamental de trabalho e de desenvolvimento da cidadania. A leitura, segundo estudos, é hábito que pode ser desenvolvido constantemente.

Permitir o acesso de crianças, adolescentes e jovens a jornais, mediante um programa didaticamente estruturado, fará com que se desenvolva esse hábito.

O programa tem por objetivo criar o hábito de leitura, formando assim, cidadãos críticos e comprometidos com a sua comunidade. A leitura de textos literários tem uma função determinada. A leitura de jornais é um complemento, a fim de despertar os estudantes para várias realidades que os cercam.

O programa deverá promover também debates críticos sobre o papel da mídia nos dias atuais, sua influência

e como olhar criticamente para esses veículos de comunicação de massa cada vez mais presentes.

Essas são as razões fundamentais pela qual se apresenta a presente sugestão.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 210

Autoria: Deputado Jocelito Canto

**SÚMULA:** Sugere a execução, pela Secretaria de Estado da Educação, um programa de trabalho multidisciplinar com vistas à auto-estima dos alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1. A execução, pela Secretaria de Estado da Educação, de um programa de trabalho multidisciplinar com vistas a aumentar a auto-estima dos alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

2. O programa deverá envolver treinamento dos professores para o desenvolvimento da auto-estima dos alunos, bem como palestras com os pais e trabalhos específicos junto aos próprios alunos, de modo a elevarem o conceito sobre si mesmos.

3. A Secretaria de Estado da Educação disciplinará as condições operacionais para a efetivação do programa de que trata a presente indicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.11.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

É fato que grande parte dos estudantes da rede pública de ensino provém de famílias carentes, onde os pais, algumas vezes desempregados ou subempregados, entendem que o sustento dos filhos é um grande encargo, passando a agredi-los e a desprezá-los. Outros alunos possuem pais ausentes, ocupados com as atividades do trabalho, não se preocupando em dar-lhes carinho, enaltecer suas qualidades e orientá-los.

É necessário, assim, que no ambiente escolar os alunos encontrem razões para se auto-estimarem, mediante a colocação de objetivos a curto, médio e longo prazos, passíveis de serem executados, de forma que não se apresentem como uma barreira que os levem a desacreditar de suas próprias capacidades. Por outro lado, é necessário formar grupos de discussão que os estimulem a reconhecerem-se com qualidades capazes de lhes garantir um futuro promissor. Note-se que não se pretende criar uma disciplina, mas sim, um programa de trabalho que será interdisciplinar à semelhança do programa anti-drogas, que poderá ajudar em muito as crianças e adolescentes.

O programa envolverá o treinamento dos docentes para o reconhecimento das crianças e adolescentes que sofrem com problemas resultantes da baixa auto-estima, bem como para o tratamento especial que lhes deva ser

dado para que se recuperem. O tratamento pode ser proveitoso inclusive para os professores da rede pública de ensino que podem ter idênticos problemas, sem a consciência de os estarem disseminando entre os alunos (são inúmeros os professores em tratamento contra a depressão, causada também pela baixa auto-estima). O envolvimento da família através de palestras, por sua vez, pode aproximar os pais da escola no interesse das crianças, e por fim, o entendimento dos alunos pode garantir a esses, um futuro melhor.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.306/90) nos seus artigos 4º, 7º, 16, 17 e 18, cabe ao Estado a garantia da saúde e do bem-estar físico e psicológico das crianças e dos adolescentes. Assim sendo, acreditamos que a aprovação e consequente efetivação da presente Indicação em muito ajudará na prevenção de problemas futuros relacionados com drogas e violência, e contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 211

Autoria: Deputado Padre Paulo Campos

**SÚMULA:** Sugere a inclusão da farinha de mandioca, produzida no Estado do Paraná, na merenda escolar e na cesta básica.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Padre Paulo Campos dirige-se a V. Exa. para expor e sugerir o que segue:

I - Sugere-se que seja incluída a farinha de mandioca, produzida no Estado do Paraná, na merenda escolar dos educandos e na cesta básica vendida aos trabalhadores e cidadãos deste Estado.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.11.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

01. A finalidade primeira desta medida, é a manutenção na área rural, dos pequenos e médios produtores de mandioca deste Estado, evitando assim o êxodo para as cidades e trazendo por consequência inúmeros problemas habitacionais e de violência.

02. A finalidade segunda é a contribuição e a manutenção com as políticas públicas do Governo Federal e também do próprio Estado.

03. Já a terceira finalidade é a valorização e o fomento da agricultura familiar que têm hoje em média, no Estado do Paraná, 10 (dez) mil famílias produtoras de mandioca e em torno de 40 (quarenta) mil paranaenses ligados diretamente ao cultivo.

04. Por fim, a quarta finalidade é a de saúde pública da população beneficiada, pois com o incremento da farinha na alimentação, que é rico em ferro, irá propiciar maior saúde dos consumidores do produto.

05. Essas são as razões da presente sugestão, e assim espera o apoio dos nobres Deputados desta Casa Parlamentar para a sua aprovação e a sua aplicação pelo Poder Executivo deste Estado.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 212

Autoria: Deputado Padre Paulo Campos

SÚMULA: Sugere-se conceder aos estudantes da rede pública e particular de ensino médio e superior, o desconto de 50% (cinquenta por cento) nas passagens do transporte coletivo intermunicipal do Estado do Paraná.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual Padre Paulo Campos, que esta subscreve, dirige-se a V. Exa. para sugerir e fundamentar o que se segue:

I - sugere-se que o Estado do Paraná conceda aos estudantes das redes pública e particular de ensino médio e superior, o desconto de 50% (cinquenta por cento) nas passagens do transporte coletivo intermunicipal.

II - que o direito ao desconto seja utilizado pelos estudantes durante o período letivo e enquanto estiverem regularmente matriculados e, para o trajeto de ida e volta às instituições de ensino;

III - que o desconto correspondente seja aplicado nos valores utilizados aos usuários comuns, independentes de promoções e descontos;

IV - sugere-se por fim, que o desconto seja de uso pessoal e intransferível do estudante e só terá validade mediante apresentação de declaração de matrícula emitido semestralmente pela Instituição de Ensino em que estiver vinculado.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.11.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

1. O preço das tarifas nos meios de transporte coletivo intermunicipal tornou-se um dos mais graves motivos de evasão escolar de milhares de estudantes, impedindo assim que o direito à educação seja amplo e plenamente exercido.

2. Aliados ao fato de que a maioria dos estudantes, principalmente do ensino médio, não possui renda própria e depende financeiramente de seus pais, os quais geralmente têm outros filhos e por questões econômicas não conseguem manter todos na escola.

3. Os estudantes da rede particular de ensino médio e universitário enfrentam mensalmente o problema dos aumentos das mensalidades, que acrescido ao empobrecimento da classe média, fazem dos gastos com passagens um dos pesos consideráveis no orçamento familiar.

4. O meio repasse representa uma conquista e uma relevante redução nas despesas dessas pessoas e que tam-

bém servirá de incentivo para as populações mais carentes terem acesso a cursos superiores.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 213

Autoria: Deputado Padre Paulo Campos

SÚMULA: Sugere-se que seja incluído na grade de ensino fundamental e médio e, do ensino superior, as matérias de: Meio Ambiente, Teologia e Política, de todas as Escolas e Faculdades Públicas do Estado do Paraná.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Estadual Padre Paulo Campos, que esta subscreve, dirige-se a V. Exa. para expor e sugerir o que se segue:

I - sugere-se que seja incluído na grade de ensino fundamental e médio e, do ensino superior, as matérias de: Meio Ambiente, Teologia e Política, de todas as escolas e faculdades públicas do Estado do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.11.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

A inclusão das Matérias tem por objetivo específico, entre outros:

1. Meio Ambiente - conhecer e reconhecer o meio em que vive e a importância de sua conservação e permanente preservação.

2. Teologia - conhecer e viver a religião em sentido *lato sensu*, que escolheu, sem direcionamento a uma religião específica.

3. Política - conhecer o sistema político e eleitoral existente no País e compará-los com os dos demais países democráticos, ou não.

Os conteúdos das matérias possuem por objetivo geral, entre outros:

a) a fomentação do hábito de leitura desses temas;

b) a formação de cidadãos críticos e cada vez mais comprometidos com suas comunidades locais;

c) o despertar por esses temas que cercam diariamente os educandos;

d) o desenvolvimento amplo e contínuo do exercício da cidadania;

e) a criação do olhar e do debate crítico das realidades locais: do meio ambiente, da religião e da política.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 214

Autoria: Deputado Padre Paulo Campos

SÚMULA: Sugere-se a instituição do Transporte Público Coletivo Integrado entre os municípios de Sarandi e Maringá, ambos do Estado do Paraná.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Estadual Padre Paulo Campos, que esta subscreve, dirige-se a V. Exa. para expor e sugerir o que se segue:

I - sugere-se a instituição do Transporte Público Coletivo Integrado entre os municípios de Sarandi e Maringá, ambos do Estado do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.11.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

01. O município de Sarandi ainda se considera cidade-dormitório, faz parte da região metropolitana de Maringá e, com a integração do transporte público coletivo, beneficiará milhares de trabalhadores, cidadãos paranaenses.

02. A economia de recursos com a efetivação de tal sugestão possibilitará que os trabalhadores invistam na educação e saúde pessoal e de suas famílias.

03. O sistema de transporte público de Maringá, pela estrutura existente, possibilita a sua integração e que por consequência, não favorecerá somente à empresa que opera o serviço, mais sim, toda a população da região metropolitana de Maringá.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 215

Autoria: Deputado Chico Noroeste

SÚMULA: Sugere a realização de concurso público para contratação de professores.

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti:

O Deputado Chico Noroeste dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a realização de concurso público para contratação de professores para a Unioeste, conforme solicitação do campus de Foz do Iguaçu.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.11.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 216

Autoria: Deputado Elton Carlos Welter

SÚMULA: Sugere ao Poder Executivo Estadual o encaminhamento a esta Casa de Leis de um anteprojeto de lei na forma da proposta pela presente Indicação, a fim de melhor enquadrar os Técnicos Agrícolas com relação de Cargos no Estado, dentro de um dos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sugere ao Chefe do Poder Executivo Estadual, elaborar e

encaminhar a este Poder Legislativo um anteprojeto de lei, na forma do artigo 66 da Constituição Estadual, na forma da proposição em anexo ou que contemple ao máximo a sugestão de enquadramento salarial e de carreira dos servidores estaduais que ingressaram no quadro funcional do Estado com o requisito de titulação de técnico agrícola.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.11.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 217/2005

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA: Sugere ao Sr. Governador do Estado a criação de Cláusulas de Barreira para proibir a entrada de produtos agrícolas de outros países enquanto houver estoque dos produtos paranaenses.

1 - Sugere ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, e, ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Orlando Pessuti, a realização de estudos para a criação de Legislação Especial estabelecendo cláusulas de barreiras para a entrada de produtos agrícolas em grãos, oriundos de outros países - principalmente os que fazem fronteira com o Brasil - cujos produtos têm chegado ao Paraná com preços menores que os nossos, desestimulando e causando prejuízos aos nossos produtores.

2 - Sugere, também, aos acima citados, que sejam efetuados estudos para que, enquanto houver o estoque regulador de grãos do Estado, seja em armazéns ou silos, não poderá haver importação de grãos no Estado do Paraná.

3 - Sugere, ainda, que seja estudada uma fórmula para que possa ser adicionado produto alternativo em substituição ao que estiver em falta no mercado, (exemplo: falta farinha de trigo, seja adicionado um percentual de farinha de mandioca ou milho) dependendo do produto que esteja em falta.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.11.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Os produtores paranaenses têm se ressentido da entrada de produtos de outros países, principalmente os fronteiriços do Brasil, com preços subsidiados pelos seus respectivos governos, com preços abaixo dos nossos preços de mercado. Essa situação tem colocado os nossos produtores em desespero, pela competitividade sem concorrência.

Além do mais, a falta de alternativa para os nossos produtores, como financiamento com juros baixos, subsídios ou qualquer outra alternativa de custeio, tem colocado os produtores em alerta, o que tem cooperado para a redução da área plantada e conseqüente falta de mercado.

Por essa razão, encarecemos ao Governo do Estado a criação dessas cláusulas de barreira para aumentar as possibilidades de competição dos nossos agricultores com os preços do mercado de importação que vêm com subsídios governamentais.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 218

Autoria: Deputado Barbosa Neto

**SÚMULA:** Sugere a construção de Capela Mortuária no Jardim Ana Rosa em Cambé.

1 - A construção de uma Capela Mortuária no Jardim Ana Rosa em Cambé.

2 - Esta Capela atenderá às necessidades da região, que possui aproximadamente trinta mil habitantes, compreendidos pelos moradores dos bairros no entorno do Jardim Ana Rosa como: Jardins Tupi, Bela Vista, Fávaro, Imperatriz e o Conjunto Habitacional Cambé IV.

3 - Os moradores desses bairros estão a uma distância de quase meia hora do centro da cidade, onde se encontra a única Capela Mortuária de um município que possui mais de cem mil habitantes.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.11.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Cambé, com aproximadamente cem mil habitantes, possui apenas uma Capela Mortuária, no centro da cidade, para atender toda a população.

Os moradores dos bairros Jardim Ana Rosa, Jardim Tupi, Jardim Bela Vista, Jardim Fávaro, Jardim Imperatriz e Conjunto Habitacional Cambé IV, estão a uma distância de quase meia hora até o centro da cidade.

Buscando melhor atender aos moradores desses bairros, esta indicação sugere a construção de uma Capela Mortuária na referida região.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 219

Autoria: Deputada Luciana Rafagnin

**SÚMULA:** Sugere ao Governo do Estado do Paraná, a implantação de “Centros de Cuidados Diurnos à Pessoa Idosa” nos municípios do Paraná e dá outras providências.

Exmo. Sr. Governador do Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Sugere o Governo do Estado do Paraná a implantar, nos municípios paranaenses, Centros de Cuidados Diurnos às Pessoas Idosas, para atender pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, com renda igual ou inferior a um salário-mínimo

2 - O Centro poderá ser implantado para dar atendimento às pessoas idosas dependentes e semidependen-

tes de AVD (Atividades de Vida Diária), que por carências familiares e funcionais não podem permanecer sozinhas no domicílio durante o dia.

3 - O Centro disponibilizará atendimento de qualidade de atenção à pessoa idosa, carente de cuidados básicos diários sem possibilidade socioeconômica, familiar e psicossocial.

4 - O Centro oferecerá atendimento de assistência ao idoso com equipe multidisciplinar nas áreas de assistência social, fisioterapia, enfermagem, psicologia, atividades ocupacionais, atividades física, lazer, apoio sócio-familiar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e sua integração social.

5 - O Governo do Estado poderá realizar convênios com os governos Municipal e Federal para a implantação destes centros, nos municípios.

6 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.12.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

O Brasil conta hoje com 9,6% de sua população, ou seja, 16,7 milhões de brasileiros estão com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Muitos desses idosos, segundo levantamento realizado em 2003, vivem sozinhos. Hoje, 12% deste total vivem sozinhos e 24% apenas com o seu cônjuge. E eles estão nos municípios paranaenses também, por isso precisamos nos preocupar com eles.

O Centro de Cuidados Diurnos à Pessoa Idosa funcionará a exemplo de uma creche, sem concorrer com as organizações “clubes de idosos, associações de idosos” já existentes, oferecendo atendimento especial de assistência ao idoso. Os governos estadual e municipal poderão, de forma conjunta, contratar equipe multidisciplinar nas áreas de assistência social, fisioterapia, enfermagem, psicologia, atividades ocupacionais, atividade física, lazer, apoio sócio-familiar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e sua integração social.

Hoje muitos idosos paranaenses vivem deprimidos, isolados, discriminados porque lhes falta convívio, a própria família muitas vezes prioriza o trabalho e os abandona. Buscamos, com o presente projeto, oferecer aos idosos esquecidos à vida, uma oportunidade clara de socializar-se com pessoas da mesma idade.

Certa de que estamos contribuindo para organizar a sociedade e por tratar-se de uma proposta com grande alcance social e humanitário, esperamos de todos os nobres Deputados e Deputadas a compreensão e o apoio para aprovação deste projeto de lei.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 220

Autoria: Deputado Chico Noroeste

SÚMULA: Sugere a criação do campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, no município de Medianeira.

Exmo. Sr. Governador:

O Deputado Chico Noroeste dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação do campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, no município de Medianeira.

2 - Ficando mantidos os atuais cursos do currículo universitário da extensão existente no município de Medianeira, com possibilidade de instalação de outros cursos de acordo com planejamento da Unioeste.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.11.05.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

????????????????